

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

GESTÃO PÚBLICA

CRISTIANE PEREIRA DE ANDRADE

**DESIGUALDADES REGIONAIS DE DESEMPENHO ESCOLAR: EVIDÊNCIAS DA
PROVA BRASIL**

BELO HORIZONTE

2018

CRISTIANE PEREIRA DE ANDRADE

**DESIGUALDADES REGIONAIS DE DESEMPENHO ESCOLAR: EVIDÊNCIAS DA
PROVA BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Pública na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, no cumprimento às exigências para obtenção de título de bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Pereira Xavier

BELO HORIZONTE

2018

CRISTIANE PEREIRA DE ANDRADE

**DESIGUALDADES REGIONAIS DE DESEMPENHO ESCOLAR: EVIDÊNCIAS DA
PROVA BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Pública na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, no cumprimento às exigências para obtenção de título de bacharel.

Flávia Pereira Xavier (Orientadora) – UFMG/DECAE

José Ângelo Machado – UFMG/DCP

BELO HORIZONTE

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por sempre me proteger e me dar forças para conquistar meus objetivos.

A minha orientadora, Flávia Pereira Xavier, por todo apoio oferecido na elaboração deste trabalho, em especial pela generosidade e paciência.

A professora Maria Teresa Gonzaga Alves, pelos conhecimentos produzidos através da disciplina “Sistemas de Avaliação Educacional”.

Ao professor José Ângelo Machado, por fazer parte de minha formação acadêmica.

A toda minha família, especialmente aos meus sobrinhos Marcella Raphaella Faustino e Marcus Vinícius Faustino que acompanharam de perto a elaboração deste trabalho.

Aos meus queridos pais, Antônio Andrade Filho (*in memoriam*) e Maria das Graças Pereira de Andrade, pelo amor e carinho.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram.

RESUMO

Este trabalho realiza um estudo das desigualdades de desempenho escolar entre grupos de estudantes (definidos pelo sexo, raça/cor e nível socioeconômico), que ocorrem em todas as regiões brasileiras, com base nos dados da Prova Brasil de 2015. Os resultados encontrados mostram ser extremamente importante avaliar a rede pública de ensino considerando a dimensão regional junto a outras dimensões, para que sejam identificadas as desigualdades de desempenho escolar existentes em todas as regiões, além do mais, deve-se levar em consideração também a qualidade e equidade da educação ofertada pelas escolas. Em todas as regiões os resultados de desempenho escolar foram analisados observando-se em quais delas eles seriam menores e maiores e aferindo também o tamanho da diferença encontrada entre os grupos de estudantes, dado a equidade poder ser medida através de indicador de desigualdade. Em geral, percebe-se que os resultados encontrados para o desempenho escolar sugere a existência de um padrão, em que os maiores desempenhos ocorreram nas regiões com melhores condições socioeconômicas e os menores desempenhos ocorreram nas regiões de condições socioeconômicas mais baixas. Quanto às diferenças encontradas entre os grupos de estudantes os resultados apontaram maiores desigualdades nas regiões com melhores condições socioeconômicas, sendo elas então menos equitativas e por outro lado, nas regiões com condições socioeconômicas mais baixas ocorreram menos desigualdades, sendo então mais equitativas.

Palavras-chave: Qualidade educacional. Equidade educacional. Desigualdades escolares. Desigualdades Regionais.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1 - Medida das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º ano do ensino fundamental por unidades da federação..... | 25 |
| GRÁFICO 2 - Medida das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 9º ano do ensino fundamental por unidades da federação..... | 26 |
| GRÁFICO 3 - Medida das proficiências em Matemática na Prova Brasil dos alunos do 5º ano do ensino fundamental por unidades da federação..... | 27 |
| GRÁFICO 4 - Medida das proficiências em Matemática na Prova Brasil dos alunos do 9º ano do ensino fundamental por unidades da federação..... | 28 |

TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 - Média das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental no Brasil e unidades da federação..... | 23 |
| TABELA 2 - Média das proficiências em Matemática na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental no Brasil e unidades da federação..... | 24 |
| TABELA 3 - Média das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definidos por sexo..... | 31 |
| TABELA 4 - Média das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definidos por raça/cor..... | 32 |
| TABELA 5 - Média das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definidos por nível socioeconômico do aluno (NSE)..... | 34 |
| TABELA 6 - Média das proficiências em Matemática na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definidos por sexo..... | 35 |
| TABELA 7 - Média das proficiências em Matemática dos alunos do 5º e 9º anos por unidades da federação e cor..... | 38 |
| TABELA 8 - Média das proficiências em Matemática dos alunos do 5º e 9º anos por unidades da federação e NSE | 40 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. DESIGUALDADES REGIONAIS DE DESEMPENHO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO..... | 9 |
| 2.1. Desigualdades Regionais..... | 9 |
| 2.2. Qualidade e Equidade Educacional: considerações teórico-conceituais..... | 14 |
| 2.3. Desempenho escolar no ensino fundamental: ênfase nas regiões brasileiras..... | 17 |
| 3. DADOS E METODOLOGIA..... | 21 |
| 4. RESULTADOS | 22 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 41 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 43 |
| APÊNDICE 1..... | 46 |

1. INTRODUÇÃO

Apesar de o Brasil ser considerado um país em desenvolvimento, ele tem inúmeros recursos para se tornar uma grande potência. Contudo, ainda são recorrentes as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pela população brasileira, principalmente aquelas de poder aquisitivo mais baixo. Essas dificuldades geram outro problema quão grave: as desigualdades das mais diversas vertentes.

A educação é primordial para alterar essa realidade, no entanto, nela também as desigualdades estão presentes, desse modo, é necessário que esforços sejam feitos para que tenhamos uma educação de qualidade e equitativa. Nesse sentido, a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, instituiu o Plano Nacional da Educação (PNE). Nele estão previstas metas visando a uma educação de qualidade e o combate às desigualdades.

Alves, Soares e Xavier (2016), pontuam ao analisar o PNE:

Em 2014, foi aprovado o Plano Nacional da Educação (PNE) com metas para o país atingir **uma educação com qualidade e mais equitativa** no prazo de 10 anos (BRASIL, 2014). No PNE, a noção de qualidade contempla todos os níveis, modalidades e etapas de ensino e a equidade está associada à **ideia de justiça, inclusão de minorias e redução das desigualdades** em todas as dimensões do direito à educação. (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016, p. 51, grifo nosso).

Face ao exposto, o presente trabalho resulta do estudo das desigualdades regionais de desempenho escolar. Especificamente, pretende-se responder a seguinte pergunta: As desigualdades regionais se manifestam nas diferenças de qualidade e equidade de desempenho escolar existentes na rede pública do ensino fundamental brasileiro?

Para responder à pergunta foram analisadas as desigualdades de desempenho escolar entre grupos de estudantes do 5º ano e do 9º ano do ensino fundamental das escolas da rede pública, em todas as unidades da federação. Pela hipótese do trabalho espera-se encontrar que nos estados da região Norte e Nordeste o desempenho escolar seja o mais baixo entre as regiões e as desigualdades entre os alunos também sejam as mais baixas, por outro lado nas regiões Sul e Sudeste espera-se que o desempenho escolar seja o mais alto, mas com a presença de altas desigualdades.

O tema de “Desigualdades de desempenho escolar” é relevante de ser estudado, pois embora o direito à educação seja um direito público e subjetivo, ele ainda não contempla todos os indivíduos, que em sua maioria são aqueles com menores condições sociais e econômicas. É também extremamente importante, pois os resultados do estudo podem servir para subsidiar as políticas públicas bem como apontar as deficiências das políticas implementadas, direcionando os gestores públicos em suas decisões. Dessa forma, a direção a seguir é acompanhar as metas estabelecidas para a educação, pois faz parte das estratégias do PNE assegurar o desempenho dos estudantes e combater as desigualdades.

As Unidades da Federação foram especialmente escolhidas, pois nelas existem grandes desigualdades de desempenho escolar bem como grandes iniquidades que ocorrem entre grupos de estudantes. Dessa forma, analisar a educação nas regiões brasileiras é primordial para que possamos descobrir os gargalos existentes na educação bem como corrigir as injustas existentes.

Esta monografia está organizada em 5 seções: a primeira seção trata-se desta introdução. A segunda seção apresenta as desigualdades regionais de desempenho escolar na rede pública do ensino fundamental brasileiro. Primeiramente são apontadas as desigualdades socioeconômicas existentes entre as regiões brasileiras bem como essas regiões lidam com as questões de gênero e raça, depois são discutidos os conceitos de qualidade e equidade educacional e por fim aponta-se o desempenho escolar na rede pública do ensino fundamental considerando as regiões brasileiras. A terceira seção se dedica aos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho, a quarta seção apresenta os principais resultados encontrados nas análises realizadas. Finalmente a quinta seção traz as considerações finais de pesquisa.

2. DESIGUALDADES REGIONAIS DE DESEMPENHO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO

2.1 Desigualdades Regionais

As desigualdades entre as regiões do país já é um tema bastante conhecido por alguns estudiosos. Os estudos econômicos e demográficos mostram diferenças de renda, oferta de emprego, expectativa de vida, entre outros.

Santos, Pales e Rodrigues (2014) realizaram um trabalho demonstrando algumas diferenças sociais e econômicas entre as regiões brasileiras, entre 1991 e 2010 a partir de dados dos censos de 1991, 2000 e 2010, analisando alguns indicadores. Os resultados encontrados foram: Expectativa de vida - De forma geral, no Brasil, no período de 1991 a 2010, houve um aumento desse indicador em torno de cinco anos. Houve aumento também em todas as regiões, sendo que em umas ele foi modesto. No Nordeste verificou-se o maior aumento, onde a esperança de vida ao nascer era de quase 63 anos em 1991, com aumento em 2010 em torno de sete anos. A diferença entre o Nordeste e o Sul era de aproximadamente de sete anos em 1991, passando para cinco anos em 2010, avançando ainda que lentamente. A análise geral apontou que apesar de a esperança de vida ao nascer ter aumentado em todas as regiões, no Nordeste principalmente, o cenário de desigualdades permaneceu, pois o aumento não alterou significativamente as discrepâncias regionais entre 1991 e 2010. Os autores também apontaram as diferenças entre as regiões em termos de renda per capita. Desde a década de 1990, a ordem de classificação das regiões em relação a esse indicador permanece a mesma, tendo como renda mais baixa o Nordeste, seguido pelo Norte, Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Em 1991 esse indicador no Sudeste era 163% superior a do Nordeste, enquanto a média nacional era superior ao Nordeste em 95%. Em 2000, a renda per capita do Sudeste era 151% superior ao do Nordeste e a média nacional era superior à média Nordestina em 92%; contudo, nesse período a diferença existente entre o Nordeste e Sudeste bem como entre a média nacional e o Nordeste foi pouco significativa, diminuiu apenas 12% e 4% respectivamente. Entre 2000 a 2010, a diferença entre o Sudeste e Nordeste diminuiu consideravelmente, sendo que em 2010 a renda per capita do Sudeste passou a ser 106% superior a do Nordeste e a média nacional passou a ser superior a Nordestina em 67%; desse modo, a diferença desse hiato entre Sudeste e Nordeste e a média nacional e a nordestina foi 45% e 25% respectivamente. A análise geral apontou que o Nordeste e o Norte tiveram um expressivo aumento na renda entre 1991 e 2010, contudo, as diferenças ainda eram alarmantes entre Norte-Nordeste e o Sudeste-Sul, onde o Sul, Centro-Oeste e o Sudeste possuíam uma renda per capita que ultrapassava os R\$ 900,00 (maior que a renda média nacional) e na região Nordeste e Norte os valores não atingiam R\$ 500,00.

Ainda segundo Santos, Pales e Rodrigues (2014), quanto ao PIB eles mostram que desde 1995 os valores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste superavam a média nacional enquanto

os do Norte e Nordeste conservavam-se aquém. Em 2008, o PIB mais expressivo foi do Sudeste seguido do Centro-Oeste e Sul, já os menores índices foram do Norte e Nordeste. No entanto, principalmente de 2000 a 2008 houve aumento considerável do PIB em todas as regiões brasileiras. A análise geral apontou também que o crescimento do Norte e Nordeste acompanhou o mesmo ritmo das demais regiões, contudo persistem nas duas regiões os menores PIB. Apesar dos investimentos no Norte e principalmente no Nordeste, o crescimento do PIB nessas regiões não conseguiu superar os das demais regiões. Em relação ao desemprego a análise geral dos autores indica que no ano 2000 a taxa era bastante alta em todas as regiões e em 2010 essa taxa diminuiu consideravelmente. Em 2000 as taxas foram semelhantes nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste (perto de 15%), superior à média nacional (14,7%); as menores taxas encontravam-se no Centro-Oeste e Sul de Minas. Em 2010, as maiores taxas foram no Nordeste e Norte (9,6% e 8,5%), no Sudeste a taxa foi de 7,3%; essas três regiões juntas apresentaram taxas superiores à considerada ideal (que é em torno de 6%); o Centro-Oeste apresentou taxa ideal e a taxa do Sul foi 4,5%. Os autores ainda apontam quanto ao índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM (que apresenta uma escala que vai de zero, nenhum desenvolvimento humano, a um, pleno desenvolvimento humano), que entre 1991 a 2010, notou-se uma mudança significativa no Brasil. Em 1991, todos os municípios praticamente possuíam baixo IDH, situação recorrente em todas as macrorregiões brasileiras, exceto São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 2010, os índices menos significativos estavam em sua maioria nos municípios das macrorregiões do Norte e Nordeste (muitos não ultrapassavam 0,599); a grande mudança ocorreu nesse ano, onde um elevando número de municípios passou a apresentar IDH alto; outro ponto foi a diferença alarmante do IDH dos municípios do Norte de Minas Gerais, comparados aos demais municípios da própria região Sudeste, Sul e Centro-Oeste: a maioria dos municípios Norte mineiros tinham índices entre 0,500 e 0,699 (considerados baixos e médios), em que destoavam dos demais, onde grande maioria dos municípios dessas regiões revelaram IDH superior a 0,700.

Santos, Pales e Rodrigues (2014), ainda segundo o estudo realizado, apontam os resultados encontrados para o analfabetismo: Em 1991, a taxa de analfabetismo nas regiões Sul e Sudeste era de 11,2% e 11,7% respectivamente, percentual já muito aquém da taxa do Nordeste verificada em 2010. Em 2010, a média nacional de analfabetismo era de 9,7%, considerada muito alta em comparação com outros países; na região Sul a média era de 4,9%,

no Nordeste era de 18,5%; nas macrorregiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste as taxas não ultrapassavam 7%. Em geral, em todas as regiões houve uma redução no percentual de analfabetos entre 1991 e 2010, porém as diferenças permaneceram acentuadas. Nesse período, na média nacional o analfabetismo caiu cerca de 10%, já na região do Nordeste ela diminuiu em aproximadamente 20%.

As desigualdades entre as regiões também se apresentam nas vertentes de gênero e raça. A análise de alguns indicadores, como pobreza, renda per capita, mercado de trabalho, mostram os seguintes resultados:

O IPEA (2011) agregou alguns dados acerca das desigualdades de gênero e raça no Brasil, através de diversos indicadores, entre o período de 1995 a 2009, de forma que os resultados encontrados foram: na distribuição da população o Brasil registrou em 2009 mais de 191 milhões de residentes, que corresponde a um aumento de 26% se comparado à população em 1995. Outro dado relevante é o aumento proporcional da população negra no país; em 1995, (44,9%) dos brasileiros declaravam-se negros¹, já em 2009 o percentual subiu para 51,1%; já a população de brancos caiu de 54,5% para 48,2%; entre os homens, o percentual de brancos era de 47% e de negros 52%; quanto às mulheres, o percentual entre brancas e negras era respectivamente 49,3% e 49,9%; evidências mostraram que a razão para o aumento populacional ocorreu devido à forma como as pessoas se viam (as quais passaram a se autodeclarar como pertencentes a determinados grupos de cor/raça) e não em razão do aumento da taxa de fecundidade da população negra; nesse ano a população feminina representava 51% da população nacional. Em relação ao mercado de trabalho (distribuição por setor) o IPEA indica que no período analisado as mulheres, em especial as negras, estavam mais concentradas no setor de serviços sociais (representando cerca de 34% da mão de obra feminina), grupo que abarcava os serviços de cuidado em geral (educação, saúde, serviços sociais e domésticos); os homens, sobretudo os negros, estavam sobrerrepresentados na construção civil (esse setor em 2009 empregava em torno de 13% dos homens e menos de 1% das mulheres); o setor agrícola seguiu sendo atividade relevante, principalmente para os homens e na região Nordeste; já na indústria o nível de emprego apresentou leve aumento, sobretudo no Sul e Sudeste, que seguiam empregando mais homens, sobretudo brancos.

¹ Destacamos que o contingente da população negra é composto de pretos e pardos.

Ainda segundo o IPEA (2011), quanto ao trabalho doméstico no Brasil, a porcentagem relativa de homens e mulheres no trabalho doméstico remunerado comparada ao total de ocupados manteve-se estável, também permaneceram estáveis as desigualdades raciais: em 2009, 12,6% das mulheres brancas ocupadas eram trabalhadoras domésticas, já 21,8% das mulheres negras desempenhavam a mesma função; quanto às regiões, os percentuais de trabalhadoras domésticas negras na população ocupada eram mais altos no Sudeste (25,1%), Sul (24,5%) e Centro-Oeste (23,7%) que nas regiões Norte e Nordeste (18,5% e 18,4%) respectivamente. Para a distribuição de renda o IPEA mostra que o rendimento médio aumentou generalizadamente e embora as maiores taxas permanecessem nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste mais a zona urbana, o Nordeste e a zona rural apresentaram taxas expressivas; a participação das mulheres na renda familiar passou a representar, na média, metade da renda familiar (45%), isso se deu tanto pelo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho como à mudança no perfil dos arranjos familiares. Não se verificaram diferenças raciais no percentual de participação feminina na renda familiar, nem no crescimento desta participação no período analisado, com exceção à região Sul, onde, embora as mulheres brancas e negras apresentassem níveis de participação semelhantes, a participação das mulheres brancas, que em 1995 era inferior à das mulheres negras, cresceu a taxas bem maiores até 2009; já o Nordeste experimentou o maior aumento proporcional na taxa de participação feminina na composição da renda familiar (31%). O IPEA indica quanto ao coeficiente de gini (usado para medir a concentração de renda, variando de zero, perfeita igualdade, a um, completa desigualdade) que no período analisado em todas as regiões e para toda a população houve queda do índice, contudo, no Nordeste e Centro-Oeste os coeficientes de gini eram (0,557 e 0,556 respectivamente) superior à média nacional (0,540); entre os segmentos populacionais, houve menor desigualdade entre os negros e a população rural. Quanto à pobreza ele mostra que em 2009, 5,2% da população era extremamente pobre sendo que no início deste século, 10% dos brasileiros vivenciavam essa situação, neste grupo estão 7,2% dos negros e 3% dos brancos, cerca de 2% da população do Sul/Sudeste e 11% dos nordestinos. Por fim o IPEA indica que na educação em 1995, (15,5%) da população com 15 anos ou mais de idade não sabia ler nem escrever; em 2009 o percentual caiu para 9,7%, já no Nordeste 20,5% de negros encontrava-se em situação de analfabetismo, contra 14,2% dos brancos; na área rural nordestina foram identificadas que 32,6% das pessoas não tiveram acesso à educação formal.

Face ao exposto, as diferenças encontradas reforçam que as desigualdades entre as regiões merecem ser estudadas. Torna-se urgente que desigualdades historicamente recorrentes sejam se não eliminadas por completo ao menos diminuídas consideravelmente.

2.2 Qualidade e Equidade Educacional: considerações teórico-conceituais

Segundo Gusmão (2013), o conceito qualidade da educação está implicado ao fato dos indivíduos avaliarem e compararem os aspectos ou resultados do processo educativo e os objetivos educacionais, conforme suas crenças e valores.

Trata-se de um conceito com grande diversidade de significados, com frequência não coincidentes entre os diferentes atores, porque implica um juízo de valor concernente ao tipo de educação que se queira para formar um ideal de pessoa e de sociedade. As qualidades que se exigem do ensino estão condicionadas por fatores ideológicos e políticos, pelos sentidos que se atribuem à educação num momento dado e em uma sociedade concreta, pelas diferentes concepções sobre o desenvolvimento humano e a aprendizagem, ou pelos valores predominantes em uma determinada cultura. Esses fatores são dinâmicos e mutantes, razão por que a definição de uma educação de qualidade também varia em diferentes períodos, de uma sociedade para outra e de alguns grupos ou indivíduos para outros. (UNESCO/OREALC apud GUSMÃO, 2013, p. 301-302).

De acordo com Oliveira e Araújo (2005), a palavra qualidade é polissêmica, podendo receber diversos conceitos. Isso pode levar a falsas crenças, pois pode ser interpretada de várias maneiras, conforme diferentes juízos de valores.

Oliveira e Araújo (2005) ainda pontuam que historicamente, na educação brasileira, foram construídos e utilizados de forma simbólica três conceitos de qualidade: o primeiro condicionado à oferta limitada de escolarização; o segundo relacionado ao fluxo do aluno no sistema de ensino e o terceiro conceito refere-se à utilização de testes para medir o desempenho escolar.

Entende-se que “não existe um consenso sobre a definição do conceito de qualidade em educação, mas, o conceito tem sido utilizado principalmente a partir de três dimensões: acesso à escola, permanência e aprendizado adequado” (GUSMÃO; OLIVEIRA e ARAÚJO apud ALVES; SOARES e XAVIER, 2016). Nesse sentido, uma maneira de analisar as dimensões da qualidade é considerar a experiência educacional do indivíduo, ou seja, seu acesso à escola, sua trajetória na escola e seu desempenho escolar (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016).

Segundo Alves, Soares e Xavier (2016), como a qualidade é afetada pelas condições da educação ofertada, então é necessário analisar a colaboração das escolas: obter informações sobre seus profissionais, as condições de funcionamento, plano pedagógico e também quanto aos resultados de aprendizado e percurso dos alunos. Dessa forma, a qualidade da educação deve ser analisada a partir de duas abordagens, uma com foco no estudante (indivíduo) e a outra com foco na escola (contexto da educação). No Brasil são utilizadas as pesquisas demográficas, o censo escolar e as pesquisas de avaliações para produzir os dados para essas abordagens.

Dourado, Oliveira e Santos (2007), ao analisarem quanto à definição de educação de qualidade, afirmam que os conceitos, as concepções e as representações a respeito, com o tempo se alteram, principalmente se considerado as transformações mais urgentes da sociedade moderna, tendo em vista as novas demandas e exigências sociais, resultantes das mudanças que sustentam a reorganização da produção em uso.

Nos documentos da Unesco a qualidade da educação é entendida como elemento de promoção da equidade, considerando o impacto que ela pode ocasionar nas experiências educativas da vida das pessoas bem como contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades (UNESCO apud DOURADO; OLIVEIRA e SANTOS, 2007).

Junto ao debate da qualidade educacional destaca-se o debate do conceito de equidade. Na educação, “a noção de equidade geralmente é tida como equivalente à de justiça. Entretanto, a definição do que é justo e injusto ou do que é equitativo não é consensual” (MEURET, 2011; SIMIELLI, 2015 apud ALVES; SOARES e XAVIER, 2016).

A equidade na educação associa-se à necessidade de se dar um tratamento diferenciado aos estudantes, haja vista a desigualdade inicial entre os mesmos (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016). Uma política social equitativa é aquela em que providências são tomadas para controlar as desigualdades relacionadas às condições de origem dos alunos, por exemplo, gênero, nível socioeconômico, etc. Essas políticas também podem ser planejadas para combater as desigualdades existentes no contexto escolar: as desigualdades de acesso à escola, desigualdades de progressão no sistema escolar ou desigualdades nos resultados

escolares. Contudo, os critérios de igualdades de oportunidades na educação estão direcionados para a garantia do direito ao aprendizado, tendo em vista a universalização do ensino fundamental (OLIVEIRA e ARAÚJO apud ALVES; SOARES e XAVIER, 2016).

Soares e Andrade (2006), analisaram a equidade escolar, definida como a capacidade que a escola tem em aumentar ou diminuir o efeito do nível socioeconômico no desempenho dos alunos. Quando a sociedade avalia a escola, normalmente a equidade não é considerada, pois sua caracterização é mais difícil, no entanto ela é decisiva para os gestores públicos interessados em implementar políticas públicas inclusivas na área da educação. Idealmente não basta a escola ser boa, mas que seja boa para todos os seus alunos, independentemente do nível econômico, cor da pele e gênero.

Alguns pesquisadores entendem que o conceito de equidade se relaciona com os indicadores de resultados dos alunos (SIMIELLI, 2015). Alcançar uma educação de qualidade para todos é conseqüentemente buscar que os resultados dos alunos tenham uma igualdade, não significando resultados iguais, mas a garantia de que as diferenças nos resultados não se atribuam a diferenças sociais, como por exemplo, renda e poder (LEVIN apud SIMIELLI, 2015).

Outra vertente acrescentada ao debate diz: nas sociedades democráticas contemporâneas, a equidade depende da distribuição de bens que favoreçam a população com menos recursos socioeconômicos, haja vista essas sociedades produzirem constantemente desigualdades e valorizarem a igualdade e liberdade (DUBET apud PADILHA et. al., 2013). Entendido a equidade dessa forma, a tendência de impacto da desigualdade social sobre as oportunidades de aprendizagem seria corrigida, pois em sistemas mais justos de educação básica, a política educacional deveria ser capaz de garantir níveis adequados de desempenho escolar a alunos, escolas, localidades ou territórios com menor nível socioeconômico (BROOKE e SOARES apud PADILHA et. al., 2013).

Alves, Soares e Xavier (2016), ao analisarem sobre os conceitos de equidade e qualidade pontuam:

A equidade na educação básica deve ser avaliada pelos seus efeitos sociais, pelas conseqüências que a desigualdade pode acarretar na trajetória dos alunos. Portanto, os conceitos de qualidade e equidade são ambos essenciais no debate educacional, já

que é possível ter qualidade sem equidade e equidade sem qualidade. (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016, grifo nosso).

A educação escolar, objeto de políticas públicas, tem um papel de destaque nos processos formativos através dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. A educação é basicamente uma prática social, presente na produção da vida social em diferentes espaços e momentos (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

2.3 Desempenho escolar no ensino fundamental: ênfase nas regiões brasileiras

A escolarização é central na análise do fenômeno educacional, pois é um elemento importante para a preparação para a vida e inserção no mercado de trabalho. Como a Constituição de 1988 prevê destina-se ao: “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Se disseminada de forma universal, torna-se um dos mais importantes mecanismos para a promoção de oportunidades entre membros de um país, principalmente em situações de alta desigualdade (CASTRO, 2009).

Embora o direito à educação seja um direito público e subjetivo, nem todos os indivíduos o têm garantido. Especialmente, quando analisamos a distribuição dos indicadores educacionais segundo grupos sociais e território.

Maria Castro (1999) analisou as principais características das desigualdades regionais do sistema educacional brasileiro na década de 90, que realçavam as diferenças sociais e econômicas entre as regiões mais desenvolvidas e as mais atrasadas do país, respectivamente Sul/Sudeste e Norte/Nordeste. O argumento utilizado para a análise é de que a despeito da melhoria dos indicadores educacionais verificada na década de 80, o grau de desigualdade regional e interestadual estava aumentando, em especial aqueles relacionados aos indicadores de transição, eficiência e efetividade do sistema educacional. Foi feita uma comparação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB de 1995 e 1997, a partir da análise do comportamento de vários indicadores: analfabetismo, atendimento escolar, transição, gasto por aluno, perfil do magistério da rede pública e desempenho dos sistemas de ensino. Em relação à análise do desempenho da educação básica, os alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental responderam a questões de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências e os alunos da 3ª série do ensino médio além das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática responderam a mais três disciplinas. Os resultados apontaram uma elevação dos

níveis de proficiência das três séries avaliadas, contudo os resultados da região Nordeste e Norte foram os mais baixos do país. A análise geral apontou uma melhora de todos os indicadores educacionais verificados, mas não se refletiu na redução das diferenças regionais e interestaduais, na verdade a desigualdade regional estava aumentando. A melhora dos principais indicadores educacionais se deu de forma heterogênea e em ritmo diferente em todas as regiões, levando a uma tendência de distanciamento entre os estados mais desenvolvidos do Sul e Sudeste e os estados mais pobres do Norte e, principalmente os do Nordeste. Além disso, algumas unidades da federação se diferenciaram dentro da região as quais pertenciam, melhorando sua posição em relação a outros estados que apresentavam características socioeconômicas semelhantes. Em grande medida, essas exceções em que se percebeu uma dinâmica de mudança mais intensa do que o restante do país, resultaram das prioridades que os governos estaduais e municipais estabeleceram bem como do esforço empreendido pelo setor educacional.

Jorge Castro (2009) realizou um estudo com o intuito de identificar a evolução e as desigualdades presentes nas condições da educação dos brasileiros, de modo que os resultados encontrados pudessem subsidiar a discussão e formulação de políticas públicas. O autor focou na desigualdade educacional por entender ser esse um dos principais problemas que intensificavam a manutenção das grandes desigualdades sociais que a população brasileira enfrentava. Ele reconhecia que no Brasil haviam ocorrido importantes avanços na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades da educação, chegando à universalização do acesso ao ensino fundamental. No entanto, a baixa escolaridade média da população e a desigualdade permanente ainda eram um grave problema, aspectos esses analisados pelo autor. Foi feita uma análise do comportamento de vários indicadores: anos de estudo médios da população; hiato educacional; analfabetismo; acesso à escolarização ocorrido no período, permitindo obter um perfil dos sucessos ou fracassos verificados em todos os níveis e modalidades de ensino. Os indicadores foram analisados destacando-se o comportamento das desigualdades educacionais, segundo recortes de renda, localização (urbano/rural), regional, cor/raça e sexo. Em relação especificamente ao desempenho do ensino fundamental, foi verificado a insuficiência e o desigual desempenho para conclusão dessa modalidade de ensino. Também foram verificados graves níveis de desigualdade quando foram considerados os aspectos

regionais e a renda, sendo que em quase todos os indicadores analisados os habitantes da região Nordeste e os mais pobres ficaram em pior situação.

Araújo e Luzio (2005) fizeram uma análise dos resultados do SAEB entre 1995 a 2003, a nível nacional e regiões geográficas. Foi feita a leitura do desempenho dos estudantes da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental por meio das médias de proficiência em Língua portuguesa (foco em leitura) e Matemática. Em Leitura, os resultados na 4ª série evidenciaram que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste as médias de proficiência ficaram acima da média nacional e nas regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo; na 8ª série o padrão foi o mesmo, ou seja, as médias nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ficaram um pouco acima da média nacional já nas regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo. Em relação aos resultados de Matemática, na 4ª série as médias de proficiência estimadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ficaram acima da média nacional e nas regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo; na 8ª série o padrão permaneceu, ou seja, as médias de proficiência nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ficaram acima da média nacional e nas regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo. Em todas as regiões, entre 1995 e 2001, a tendência foi de declínio das médias.

Soares et. al. (2012) realizaram um trabalho sobre a exclusão intraescolar utilizando os dados das Provas Brasil de 2005, 2007 e 2009. Os dados consistem nos resultados do desempenho de alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas avaliações de Leitura e Matemática. Neste trabalho um estudante é considerado excluído educacionalmente se os resultados de seu desempenho ficaram abaixo do nível básico. De forma geral a análise dos autores foi²: em 2007 e 2009, para as duas disciplinas as maiores proporções de estudantes excluídos ocorreram nas regiões Norte e Nordeste e as menores proporções ocorreram nas regiões Sul e Sudeste, dado as exceções de alguns estados em todas as regiões. Ressalta-se que apesar de a média de desempenho ter melhorado nas avaliações das edições das Provas Brasil apresentadas, as desigualdades regionais em relação à proficiência permaneceram estáveis.

Alves et. al. (2017) também realizaram um trabalho sobre a exclusão intraescolar, traduzida pelo aprendizado abaixo do nível básico das competências avaliadas. Foram

² Não foi realizada análise para o ano de 2005, pois os dados estavam incompletos.

analisados os resultados de desempenho escolar de alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental (escolas das redes públicas) nas avaliações de Leitura e Matemática, entre o período de 2007 a 2013 nas unidades da federação. A análise consistiu em verificar se ao final do período especificado houve aumento ou redução dos percentuais de alunos no nível abaixo do básico. Dessa forma, os resultados foram: Em Leitura, no 5º ano houve aumento da proporção de alunos abaixo do básico no Pará e Maranhão, no 9º ano houve aumento em Roraima e Distrito Federal. Em Matemática, no 5º ano houve aumento no Maranhão, já no 9º ano houve aumento em Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Distrito Federal. De uma forma geral, a análise apontou que na maioria dos estados brasileiros houve redução dos percentuais no período analisado, principalmente no 5º ano. No entanto, em alguns estados, mais de um terço dos alunos não alcançaram aprendizado esperado para o ano escolar em 2013, ou seja, a exclusão escolar continua grave. O estado do Ceará teve destaque positivo, pois foi eficaz na redução de alunos do nível abaixo do básico, apesar dos percentuais permanecerem alto, principalmente em matemática. O estado do Maranhão teve destaque negativo, pois apenas em Leitura, entre alunos do 9º ano, houve pequena redução no percentual. Consta também que alguns estados estagnaram ou mesmo pioraram entre 2011 e 2013, por exemplo, Minas Gerais, onde houve ligeiro aumento de alunos no nível abaixo do básico no 5º ano e no 9º ano.

Afinal por que a pesquisa merece ser realizada?

Haja vista esta pesquisa demonstrar as diversas iniquidades que ocorrem na rede pública do ensino fundamental em todas as unidades da federação, no que se refere à oferta de uma educação de qualidade bem como a quem ela se destina, sendo que em grande parte os alunos de baixo poder aquisitivo são lesados no direito à educação e, quando a tem, ela é de baixa qualidade, torna-se extremamente importante que a rede pública de ensino seja avaliada, mas que seja considerada a dimensão regional junto a outras dimensões para que as desigualdades possam ser identificadas em todo território brasileiro. Além do mais, essa pesquisa vai ao encontro com o Plano Nacional da Educação (PNE), que prevê o combate às desigualdades. Dessa forma, essa pesquisa merece ser realizada, uma vez que seus resultados podem servir de monitoramento e avaliação do ensino ofertado pelas escolas bem como

subsidiar as políticas públicas, tendo em vista ser importante elas considerarem essas diferenças que ocorrem no sistema educacional.

3. DADOS E METODOLOGIA

Este trabalho utiliza a base de dados da Prova Brasil³ de 2015, avaliação censitária, aplicada aos alunos do 5º ano (antiga 4ª série) e do 9º ano (antiga 8ª série) das escolas da rede pública do ensino fundamental. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries e anos avaliados. Ela é aplicada a cada dois anos e testa as habilidades dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática.

Também é aplicado um questionário contextual aos alunos, professores e diretores das escolas, que serve de instrumento de coleta de informações sobre aspectos da vida escolar, nível socioeconômico, capital social e cultural dos alunos. Esses dados servem como indicadores contextuais sobre as condições extra e intraescolares em que ocorre o trabalho da escola.

A metodologia de pesquisa deste trabalho foi de natureza quantitativa e descritiva.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, foram analisadas as desigualdades de desempenho escolar que ocorrem entre grupos de estudantes do 5º ano e do 9º ano do ensino fundamental das escolas da rede pública, em todas as unidades da federação. As análises se deram em três etapas. Primeiro descrevi como as médias de proficiências dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática variaram no Brasil e nas unidades da federação, em seguida analisei as médias das proficiências dos alunos nas duas competências por unidades da federação e, por último, analisei as desigualdades de desempenho escolar entre grupos de estudantes por unidades da federação. Os grupos considerados foram sexo, raça/cor e nível socioeconômico dos alunos. Essa análise encontra-se na seção 4.

³ Informações sobre a Prova Brasil podem ser encontradas em:
http://portal.inep.gov.br/pt_BR/web/guest/educacao-basica/saeb/sobre-a-anresc-prova-brasil-aneb

4. RESULTADOS

Nesta seção descreveremos as desigualdades de desempenho escolar e as desigualdades entre grupos de estudantes em todas as unidades da federação. Esses dados compreendem 21.362.222 alunos do 5º ano e 21.362.194 alunos do 9º ano. O percentual de alunos em cada grupo consta nas tabelas 1A, 2A e 3A do Apêndice 1.

As tabelas 1 e 2 mostram as médias das proficiências em Leitura e Matemática no Brasil e unidades da federação. Em Leitura, no 5º ano as maiores médias correspondem às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e as menores às regiões Norte e Nordeste. Em relação às médias maiores destacam-se Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal. O mesmo padrão das regiões é verificado no 9º ano e em relação às médias maiores destacam-se Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Quanto ao padrão das regiões Norte e Nordeste, no geral os estados apresentam médias baixas, contudo há duas exceções, o Acre e Ceará apresentam no 5º ano médias acima da média nacional e Rondônia e Ceará apresentam no 9º ano também médias acima da média nacional. Em Matemática o padrão permanece, ou seja, tanto no 5º quanto no 9º ano as maiores médias correspondem às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e as menores às regiões Norte e Nordeste. Em relação às médias maiores, no 5º ano destacam-se Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal; no 9º ano destacam-se Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. O padrão das regiões Norte e Nordeste permanece, inclusive suas exceções.

Os resultados apontam um padrão: as maiores médias ocorreram nas regiões mais desenvolvidas, com melhores condições socioeconômicas enquanto as menores médias ocorreram nas regiões menos desenvolvidas, em que as condições socioeconômicas em grande maioria são bem baixas.

Os resultados evidenciam que a desigualdade social do país foi reproduzida pelas escolas (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016).

Tabela 1 - Média das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental no Brasil e unidades da federação

| | 5º ano | 9º ano |
|---------------|--------|--------|
| Brasil | 204,37 | 247,63 |
| Norte | 189,83 | 240,70 |
| RO | 203,86 | 252,70 |
| AC | 206,00 | 247,95 |
| AM | 197,15 | 247,17 |
| RR | 194,02 | 236,21 |
| PA | 181,27 | 234,46 |
| AP | 181,36 | 231,24 |
| TO | 194,55 | 242,54 |
| Nordeste | 187,34 | 237,83 |
| MA | 175,73 | 229,35 |
| PI | 188,91 | 240,87 |
| CE | 209,71 | 252,79 |
| RN | 184,26 | 238,58 |
| PB | 186,28 | 234,17 |
| PE | 188,33 | 239,06 |
| AL | 180,51 | 230,14 |
| SE | 180,63 | 238,52 |
| BA | 184,27 | 234,13 |
| Sudeste | 215,97 | 251,97 |
| MG | 218,00 | 256,28 |
| ES | 210,52 | 252,71 |
| RJ | 206,41 | 246,12 |
| SP | 218,50 | 251,27 |
| Sul | 215,46 | 256,41 |
| PR | 218,08 | 251,84 |
| SC | 220,38 | 264,20 |
| RS | 209,22 | 256,24 |
| Centro-Oeste | 207,92 | 253,12 |
| MS | 209,28 | 262,57 |
| MT | 202,25 | 240,89 |
| GO | 208,11 | 255,83 |
| DF | 213,17 | 253,70 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

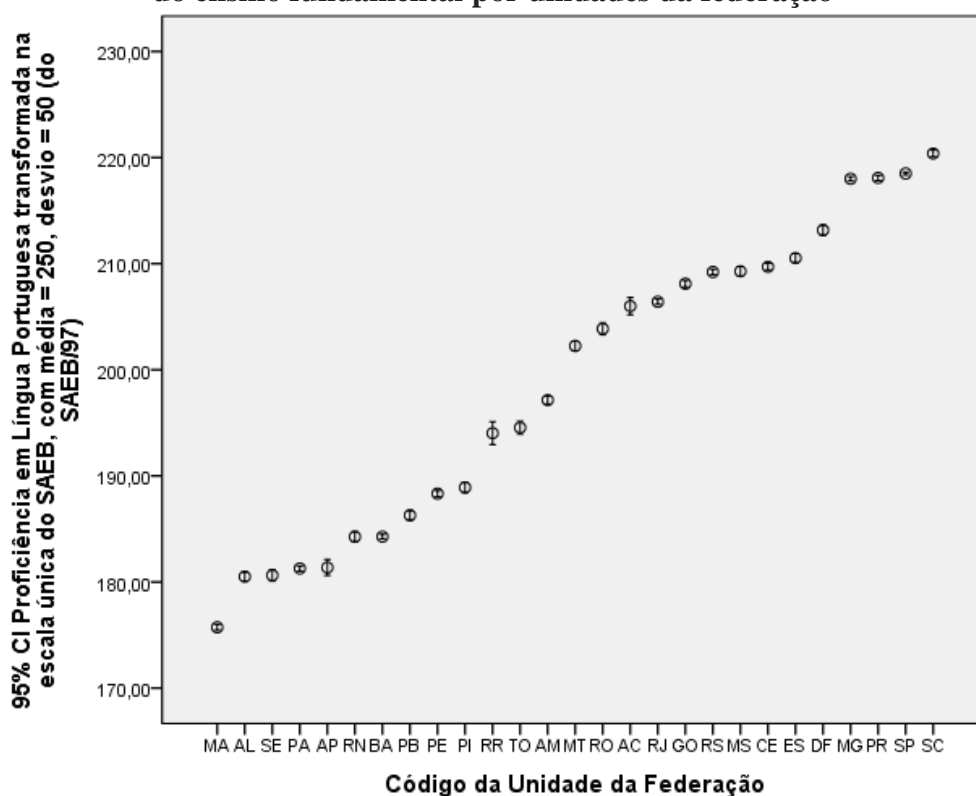
Tabela 2 - Média das proficiências em Matemática na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental no Brasil e unidades da federação

| | 5º ano | 9º ano |
|---------------|--------|--------|
| Brasil | 216,51 | 251,00 |
| Norte | 200,59 | 241,35 |
| RO | 215,31 | 254,85 |
| AC | 217,63 | 247,95 |
| AM | 207,39 | 244,94 |
| RR | 208,05 | 238,22 |
| PA | 191,99 | 235,64 |
| AP | 191,26 | 233,16 |
| TO | 205,15 | 246,68 |
| Nordeste | 199,16 | 240,82 |
| MA | 186,77 | 229,80 |
| PI | 200,52 | 244,02 |
| CE | 219,02 | 253,45 |
| RN | 195,44 | 242,37 |
| PB | 198,17 | 238,23 |
| PE | 201,87 | 243,29 |
| AL | 194,92 | 235,35 |
| SE | 195,33 | 242,74 |
| BA | 195,97 | 238,10 |
| Sudeste | 229,03 | 256,10 |
| MG | 229,40 | 261,16 |
| ES | 220,58 | 258,34 |
| RJ | 216,90 | 251,11 |
| SP | 233,40 | 254,65 |
| Sul | 228,72 | 260,78 |
| PR | 233,41 | 256,46 |
| SC | 232,71 | 269,34 |
| RS | 220,86 | 259,43 |
| Centro-Oeste | 216,91 | 255,44 |
| MS | 218,85 | 263,69 |
| MT | 212,87 | 245,44 |
| GO | 216,20 | 256,81 |
| DF | 221,55 | 257,45 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

O gráfico 1 mostra as médias e os intervalos de confiança da proficiência em Leitura dos alunos do 5º ano por UF. As UFs foram dispostas em ordem crescente para uma melhor visualização. Observe que o Maranhão foi o estado que apresentou a média de proficiência em Língua Portuguesa mais baixa e Santa Catarina a mais elevada. Entretanto, muitos estados não possuem médias estatisticamente diferentes umas das outras. Isso ocorre, quando observamos que os intervalos de confiança se sobrepõem. Vejamos, por exemplo, Alagoas, Sergipe, Pará e Amapá. A tabela 1 já sugere que a diferença entre eles é bem pequena, no gráfico observamos que ela é uma variação casual e não sistemática. Com 95% de confiabilidade podemos dizer que não há diferenças estatisticamente significativas entre esses estados. A mesma interpretação pode ser feita em relação a outros estados no gráfico. Mas interessante observar também é que há um padrão, os quatro melhores resultados são de estados do Sul e Sudeste e os cinco piores dos estados do Norte e Nordeste.

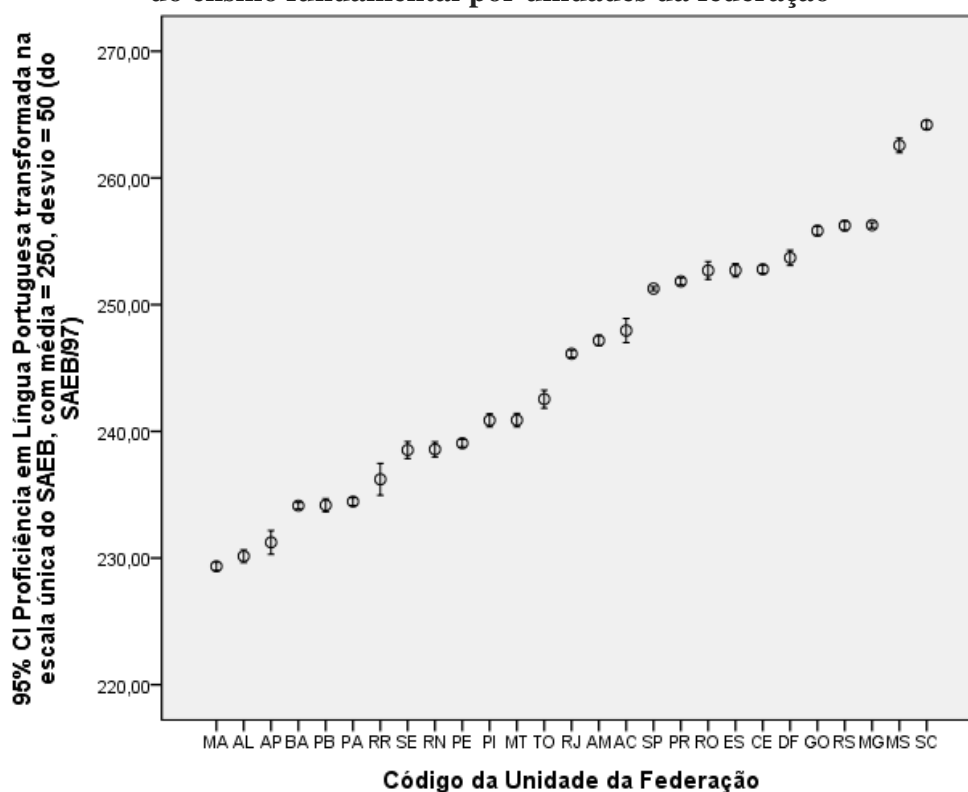
Gráfico 1 – Medida das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º ano do ensino fundamental por unidades da federação



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

O gráfico 2 mostra as médias e os intervalos de confiança da proficiência em Leitura dos alunos do 9º ano por UF. As UFs foram dispostas em ordem crescente para uma melhor visualização. Observe que o Maranhão foi o estado que apresentou a média de proficiência em Língua Portuguesa mais baixa e Santa Catarina a mais elevada. Entretanto, muitos estados não possuem médias estatisticamente diferentes umas das outras. Isso ocorre, quando observamos que os intervalos de confiança se sobrepõem. Vejamos, por exemplo, Paraná, Rondônia, Espírito Santo e Ceará. A tabela 1 já sugere que a diferença entre eles é bem pequena, no gráfico observamos que ela é uma variação casual e não sistemática. Com 95% de confiabilidade podemos dizer que não há diferenças estatisticamente significativas entre esses estados. A mesma interpretação pode ser feita em relação a outros estados no gráfico. Mas interessante observar também é que há um padrão, os quatro melhores resultados são de estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e os cinco piores dos estados do Norte e Nordeste.

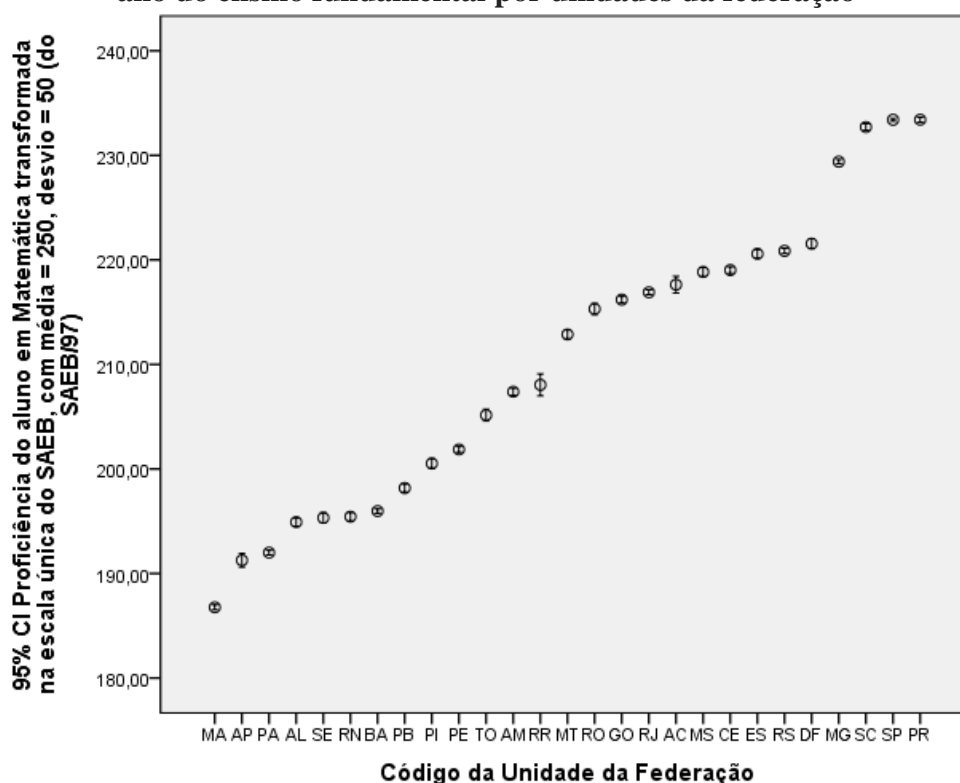
Gráfico 2 – Medida das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 9º ano do ensino fundamental por unidades da federação



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

O gráfico 3 mostra as médias e os intervalos de confiança da proficiência em Matemática dos alunos do 5º ano por UF. As UFs foram dispostas em ordem crescente para uma melhor visualização. Observe que o Maranhão foi o estado que apresentou a média de proficiência em Matemática mais baixa e Paraná a mais elevada. Entretanto, muitos estados não possuem médias estatisticamente diferentes umas das outras. Isso ocorre, quando observamos que os intervalos de confiança se sobrepõem. Vejamos, por exemplo, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Bahia. A tabela 2 já sugere que a diferença entre eles é bem pequena, no gráfico observamos que ela é uma variação casual e não sistemática. Com 95% de confiabilidade podemos dizer que não há diferenças estatisticamente significativas entre esses estados. A mesma interpretação pode ser feita em relação a outros estados no gráfico. Mas interessante observar também é que há um padrão, os quatro melhores resultados são de estados do Sul e Sudeste e os cinco piores dos estados do Norte e Nordeste.

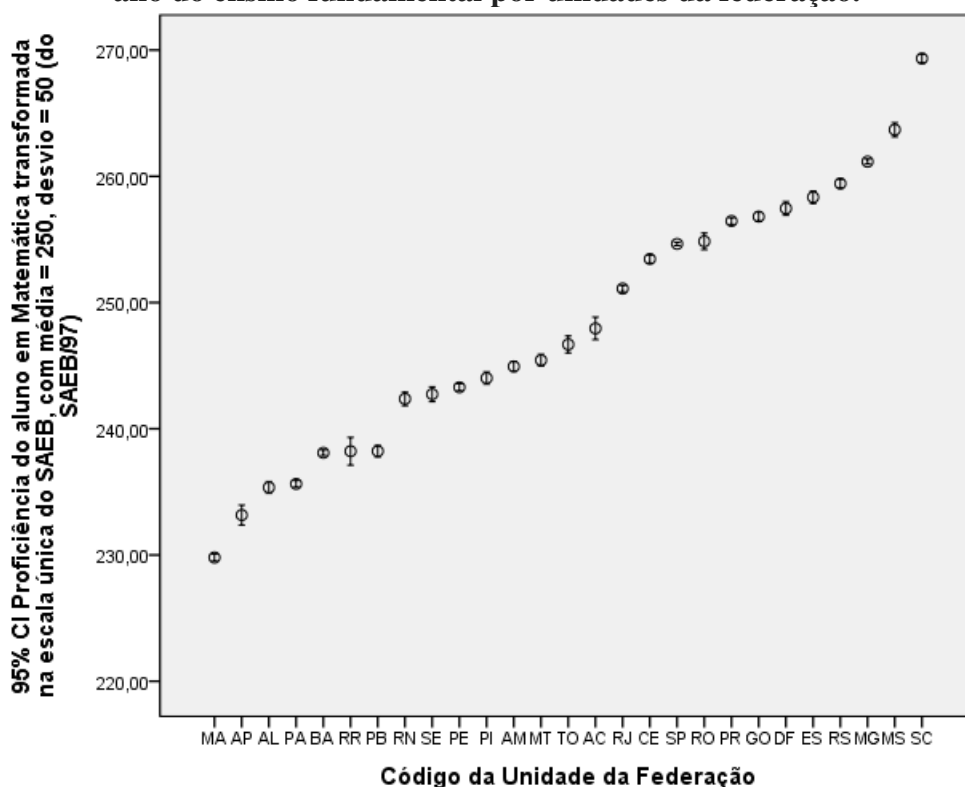
Gráfico 3 – Medida das proficiências em Matemática na Prova Brasil dos alunos do 5º ano do ensino fundamental por unidades da federação



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

O gráfico 4 mostra as médias e os intervalos de confiança da proficiência em Matemática dos alunos do 9º ano por UF. As UFs foram dispostas em ordem crescente para uma melhor visualização. Observe que o Maranhão foi o estado que apresentou a média de proficiência em Matemática mais baixa e Santa Catarina a mais elevada. Entretanto, muitos estados não possuem médias estatisticamente diferentes umas das outras. Isso ocorre, quando observamos que os intervalos de confiança se sobrepõem. Vejamos, por exemplo, Bahia, Roraima e Paraíba. A tabela 2 já sugere que a diferença entre eles é bem pequena, no gráfico observamos que ela é uma variação casual e não sistemática. Com 95% de confiabilidade podemos dizer que não há diferenças estatisticamente significativas entre esses estados. A mesma interpretação pode ser feita em relação a outros estados no gráfico. Mas interessante observar também é que há um padrão, os quatro melhores resultados são de estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e os cinco piores dos estados do Norte e Nordeste.

Gráfico 4 – Medida das proficiências em Matemática na Prova Brasil dos alunos do 9º ano do ensino fundamental por unidades da federação.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

O estudo das desigualdades é feito através da relação entre grupos sociais, sendo que na educação elas referem-se à distância entre grupos quanto ao acesso à escola e ao sucesso escolar e não sobre diferenças entre indivíduos (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016).

Por exemplo, quando o aprendizado de um conjunto de estudantes é medido, não se espera observar igualdade, mas variações aleatórias. Dessa forma, ao se comparar dois alunos, não é possível saber se a eventual diferença de aprendizado é simplesmente uma variação ou resultado de uma desigualdade sistemática (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016). Então, para que fique claro, o aprendizado dos alunos deve ser comparado segundo grupos definidos por variáveis, como: sexo, raça/cor, nível socioeconômico, etc. Em um caso de igualdade de oportunidades, tratamento e resultados educacionais, encontraríamos semelhanças nas variações entre esses grupos (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016).

Neste trabalho, as desigualdades entre grupos foram analisadas tomando como medidas de resultado o aprendizado em Leitura e Matemática, depois foram escolhidas variáveis para determinar os grupos sociais de interesse (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016).

A maneira usada para medir a diferença de resultado entre esses grupos foi obedecendo ao nível de mensuração das variáveis escolhidas: sexo, raça/cor e faixas de nível socioeconômico. É possível determinar a distância entre as distribuições da medida de qualidade entre os grupos, pois as variáveis são categóricas, então, o hiato de desempenho entre os grupos sociais será a desigualdade educacional (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016).

Para que o hiato seja interpretado deve ser estabelecido algum parâmetro para o desempenho dos alunos. Para isso, foram consideradas as distâncias definidas em Soares (2009) que indica que 20 pontos corresponde à um ano de aprendizado. Utilizamos esse valor nas análises descritivas como referência para avaliar o tamanho das diferenças entre as médias de proficiências segundo grupos de estudantes. Dessa forma, ao se comparar dois grupos, aquele com desvantagem de 20 pontos em relação ao outro está cerca de 1 ano de aprendizado atrás, mesmo cursando a mesma série (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016; SOARES, 2009).

A tabela 3 mostra as médias da proficiência em Leitura segundo a variável sexo e as diferenças entre os grupos, destacando onde essas diferenças são maiores. No 5º ano as

diferenças são maiores em Minas Gerais, Tocantins, Piauí, Maranhão, Pernambuco e Mato Grosso. No 9º ano elas são maiores em Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A tabela também apresenta algumas diferenças que precisam ser analisadas:

No 5º ano, em Tocantins, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Minas Gerais e Mato Grosso, a diferença encontrada é de 10 pontos e equivale a meio ano de aprendizado. Isso significa que os meninos estão em desvantagem de meio ano de aprendizado, em relação às meninas, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não. No 9º ano, em Tocantins, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, a diferença encontrada é de quase 20 pontos, contudo, 10 pontos já equivalem a meio ano de aprendizado. Isso significa que os meninos estão em desvantagem de quase um ano de aprendizado, em relação às meninas, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não. Ainda no 9º ano, em Mato Grosso, a diferença encontrada é de 20 pontos que equivale a um ano de aprendizado. Isso significa que os meninos estão em desvantagem de um ano de aprendizado, em relação às meninas, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não.

Em geral, as desvantagens descritas para os meninos vão se acumulando, refletindo nas oportunidades futuras, na longevidade escolar, de forma serem esses alunos fortes candidatos a não concluírem o ensino fundamental ou não conseguirem avançar para o ensino médio.

Na literatura, existem algumas explicações para as diferenças de desempenho escolar quanto ao gênero. Uma delas é feita por Senkevics e Carvalho (2015), que apontam que a socialização das meninas na família tende a estimular que elas tenham um desempenho superior, tanto pela produção de feminilidades sustentadas por responsabilidade e disciplina, quanto pelo significado positivo que a escola representa para essas meninas enquanto espaço de recreação e sociabilidade, em detrimento das inúmeras restrições sofridas por elas em diversos lugares em seus cotidianos: na família, na casa ou na rua. Eles ainda pontuam que existe um conjunto de práticas a partir das quais são construídas masculinidades e

feminilidades, em que diferentes referenciais são fornecidos para que haja a aproximação ou o distanciamento do processo de escolarização. Nesse sentido, eles concluem que a socialização familiar e a significação positiva da escola, sugerem caminhos para que as desigualdades de gênero na educação brasileira sejam entendidas, desigualdades essas caracterizadas pelo desempenho superior das meninas.

Tabela 3 - Média das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definidos por sexo

| UF | 5º ano | | | 9º ano | | |
|----|---------------|--------------|-------------------|---------------|--------------|-------------------|
| | Masculino (M) | Feminino (F) | Diferença (F - M) | Masculino (M) | Feminino (F) | Diferença (F - M) |
| RO | 199,64 | 210,72 | 11,08 | 245,43 | 259,53 | 14,10 |
| AC | 202,09 | 212,47 | 10,38 | 241,38 | 255,02 | 13,64 |
| AM | 194,51 | 202,79 | 8,28 | 242,84 | 252,51 | 9,67 |
| RR | 190,81 | 201,21 | 10,41 | 228,98 | 244,27 | 15,29 |
| PA | 177,85 | 188,46 | 10,61 | 227,78 | 241,00 | 13,23 |
| AP | 178,19 | 189,08 | 10,89 | 225,08 | 238,49 | 13,42 |
| TO | 189,88 | 202,22 | 12,34 | 233,98 | 251,35 | 17,37 |
| MA | 172,44 | 184,33 | 11,89 | 223,13 | 236,15 | 13,02 |
| PI | 184,47 | 196,80 | 12,34 | 234,69 | 246,88 | 12,19 |
| CE | 205,69 | 216,58 | 10,88 | 247,49 | 258,89 | 11,40 |
| RN | 181,07 | 191,11 | 10,04 | 233,55 | 243,67 | 10,12 |
| PB | 183,09 | 193,21 | 10,12 | 228,14 | 240,26 | 12,12 |
| PE | 184,25 | 195,99 | 11,74 | 233,41 | 244,97 | 11,57 |
| AL | 177,31 | 187,90 | 10,59 | 225,29 | 235,61 | 10,31 |
| SE | 177,49 | 186,61 | 9,12 | 234,76 | 242,34 | 7,58 |
| BA | 181,15 | 191,54 | 10,39 | 228,01 | 240,27 | 12,26 |
| MG | 213,06 | 225,58 | 12,51 | 247,27 | 265,83 | 18,55 |
| ES | 206,24 | 217,35 | 11,11 | 245,09 | 260,36 | 15,26 |
| RJ | 202,44 | 213,46 | 11,02 | 238,13 | 254,46 | 16,33 |
| SP | 214,16 | 225,20 | 11,05 | 243,21 | 261,04 | 17,83 |
| PR | 214,53 | 223,04 | 8,51 | 244,69 | 259,82 | 15,13 |
| SC | 216,49 | 225,93 | 9,44 | 257,52 | 271,02 | 13,50 |
| RS | 206,12 | 214,93 | 8,81 | 250,34 | 262,83 | 12,49 |
| MS | 205,87 | 214,32 | 8,45 | 256,86 | 268,43 | 11,58 |
| MT | 197,87 | 209,60 | 11,72 | 231,86 | 252,24 | 20,37 |
| GO | 203,73 | 214,93 | 11,20 | 249,08 | 263,43 | 14,36 |
| DF | 209,90 | 218,08 | 8,18 | 246,65 | 260,75 | 14,10 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

A tabela 4 mostra as médias da proficiência em Leitura segundo a variável cor do aluno e as diferenças entre os grupos, destacando onde essas diferenças são maiores. No 5º ano as diferenças são maiores em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. No 9º ano elas são maiores em São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro.

A tabela também apresenta algumas diferenças que precisam ser analisadas:

No 5º ano, em Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a diferença encontrada é de 20 pontos e equivale a um ano de aprendizado. Isso significa que os alunos pretos estão em desvantagem de um ano de aprendizado, em relação aos alunos brancos, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não. No 9º ano, em Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, a diferença encontrada é de quase 20 pontos, contudo, 10 pontos já equivalem a meio ano de aprendizado. Isso significa que os alunos pretos estão em desvantagem de quase um ano de aprendizado, em relação aos alunos brancos, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não. Ainda no 9º ano, em São Paulo e Rio Grande do Sul, a diferença encontrada é de 20 pontos que equivale a um ano de aprendizado. Isso significa que os alunos pretos estão em desvantagem de um ano de aprendizado, em relação aos alunos brancos, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não.

Em geral, as desvantagens descritas para os alunos pretos vão se acumulando, refletindo nas oportunidades futuras, na longevidade escolar, de forma serem esses alunos fortes candidatos a não concluírem o ensino fundamental ou não conseguirem avançar para o ensino médio.

Tabela 4 - Média das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definidos por raça/cor (continua)

| UF | 5º ano | | | | | 9º ano | | | | |
|----|------------|------------|------------|--------|--------------------|------------|------------|------------|--------|--------------------|
| | Branco (B) | Pardo (Pd) | Preto (Pt) | Outros | Diferença (Pt - B) | Branco (B) | Pardo (Pd) | Preto (Pt) | Outros | Diferença (Pt - B) |
| RO | 207,31 | 208,75 | 195,70 | 197,21 | -11,61 | 258,49 | 253,69 | 245,59 | 245,72 | -12,90 |
| AC | 206,90 | 209,90 | 198,36 | 202,77 | -8,54 | 252,92 | 248,67 | 246,51 | 243,85 | -6,41 |
| AM | 198,75 | 202,93 | 184,63 | 188,71 | -14,12 | 253,66 | 248,33 | 243,34 | 240,21 | -10,32 |
| RR | 195,75 | 199,52 | 185,75 | 187,66 | -10,00 | 243,43 | 237,17 | 230,75 | 229,48 | -12,68 |
| PA | 180,20 | 185,21 | 175,14 | 180,20 | -5,07 | 237,30 | 234,31 | 233,90 | 234,52 | -3,39 |
| AP | 183,34 | 187,00 | 173,88 | 177,15 | -9,47 | 237,70 | 232,29 | 225,99 | 226,02 | -11,70 |
| TO | 197,54 | 199,08 | 185,86 | 189,12 | -11,68 | 249,28 | 243,65 | 237,65 | 236,58 | -11,63 |
| MA | 174,47 | 181,43 | 171,04 | 175,49 | -3,43 | 230,27 | 231,10 | 229,08 | 223,76 | -1,20 |
| PI | 187,30 | 194,98 | 182,30 | 185,44 | -5,00 | 242,35 | 242,39 | 238,19 | 237,26 | -4,16 |
| CE | 211,84 | 214,31 | 197,45 | 204,69 | -14,39 | 256,51 | 254,30 | 246,81 | 248,08 | -9,70 |
| RN | 186,89 | 189,09 | 174,15 | 181,44 | -12,75 | 242,96 | 240,06 | 232,88 | 232,35 | -10,07 |

Tabela 4 - Média das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definidos por raça/cor (conclusão)

| UF | 5º ano | | | | | 9º ano | | | | |
|----|------------|------------|------------|--------|--------------------|------------|------------|------------|--------|--------------------|
| | Branco (B) | Pardo (Pd) | Preto (Pt) | Outros | Diferença (Pt - B) | Branco (B) | Pardo (Pd) | Preto (Pt) | Outros | Diferença (Pt - B) |
| PB | 188,02 | 191,16 | 175,71 | 184,76 | -12,32 | 238,54 | 235,49 | 229,50 | 229,38 | -9,04 |
| PE | 189,95 | 191,97 | 180,52 | 188,13 | -9,44 | 243,40 | 239,92 | 233,97 | 236,37 | -9,44 |
| AL | 180,75 | 185,37 | 172,59 | 180,94 | -8,15 | 231,88 | 232,70 | 226,17 | 224,70 | -5,71 |
| SE | 180,11 | 184,98 | 174,42 | 180,36 | -5,69 | 241,18 | 240,28 | 233,97 | 236,16 | -7,21 |
| BA | 183,36 | 189,63 | 182,60 | 183,49 | -0,77 | 236,30 | 236,45 | 232,57 | 230,46 | -3,73 |
| MG | 225,43 | 220,66 | 204,91 | 211,51 | -20,52 | 266,14 | 256,05 | 247,26 | 249,41 | -18,88 |
| ES | 218,59 | 211,79 | 198,55 | 207,31 | -20,03 | 262,98 | 251,53 | 243,25 | 248,39 | -19,73 |
| RJ | 212,62 | 209,43 | 198,58 | 203,88 | -14,04 | 254,67 | 246,89 | 237,49 | 242,33 | -17,18 |
| SP | 224,99 | 220,82 | 204,28 | 210,87 | -20,71 | 261,00 | 249,17 | 238,00 | 243,23 | -23,00 |
| PR | 223,37 | 219,46 | 202,12 | 210,12 | -21,25 | 258,38 | 248,84 | 239,78 | 244,74 | -18,60 |
| SC | 226,19 | 219,52 | 200,12 | 212,67 | -26,07 | 269,20 | 260,44 | 249,56 | 253,88 | -19,64 |
| RS | 216,00 | 210,57 | 192,04 | 203,31 | -23,96 | 261,92 | 254,38 | 240,83 | 247,45 | -21,09 |
| MS | 215,24 | 211,73 | 197,36 | 201,50 | -17,88 | 269,75 | 261,24 | 255,40 | 257,41 | -14,35 |
| MT | 207,84 | 206,56 | 191,83 | 194,74 | -16,01 | 249,91 | 242,78 | 233,55 | 230,17 | -16,36 |
| GO | 211,79 | 212,59 | 197,44 | 201,64 | -14,34 | 261,47 | 256,51 | 248,10 | 253,10 | -13,36 |
| DF | 216,76 | 216,32 | 204,82 | 208,51 | -11,94 | 260,43 | 252,97 | 247,02 | 253,02 | -13,41 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

A tabela 5 mostra as médias da proficiência em Leitura segundo o nível socioeconômico dos alunos e as diferenças entre os grupos, destacando onde essas diferenças são maiores. No 5º ano as diferenças são maiores em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Amazonas, Tocantins. No 9º ano elas são maiores em Santa Catarina, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Paraná, Roraima, Tocantins.

A tabela também apresenta algumas diferenças que precisam ser analisadas:

No 5º ano, em Amazonas, Tocantins, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, a diferença encontrada é de 30 pontos e equivale a um ano e meio de aprendizado. Isso significa que os alunos com NSE mais baixo estão em desvantagem de um ano e meio de aprendizado, em relação aos alunos com NSE mais alto, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não. No 9º ano, em Amazonas, Roraima, Tocantins, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, a diferença encontrada é de 20 pontos e equivale a um ano de aprendizado. Isso significa que os alunos com NSE mais baixo estão em desvantagem de um ano de aprendizado, em relação aos alunos

com NSE mais alto, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não.

Em geral, as desvantagens descritas para os alunos com NSE mais baixo vão se acumulando, refletindo nas oportunidades futuras, na longevidade escolar, de forma serem esses alunos fortes candidatos a não concluírem o ensino fundamental ou não conseguirem avançar para o ensino médio.

Tabela 5 - Média das proficiências em Leitura na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definidos por nível socioeconômico do aluno (NSE)

| UF | 5º ano | | | | | | 9º ano | | | | | |
|----|--------------------|--------|--------|--------|-------------------|----------------------|--------------------|--------|--------|--------|-------------------|----------------------|
| | 1 Mais baixo | 2 | 3 | 4 | 5 Mais alto | Diferença (1 - 5) | 1 Mais baixo | 2 | 3 | 4 | 5 Mais alto | Diferença (1 - 5) |
| RO | 188,72 | 199,49 | 205,22 | 210,21 | 215,24 | -26,52 | 241,48 | 247,53 | 252,83 | 257,00 | 259,09 | -17,61 |
| AC | 191,95 | 201,93 | 210,10 | 215,04 | 220,57 | -28,61 | 232,57 | 244,49 | 250,74 | 255,53 | 260,35 | -27,77 |
| AM | 180,30 | 194,30 | 200,92 | 207,46 | 211,01 | -30,71 | 230,31 | 243,28 | 249,94 | 255,19 | 258,95 | -28,63 |
| RR | 177,72 | 188,32 | 194,66 | 199,42 | 206,63 | -28,91 | 221,70 | 228,77 | 235,43 | 237,99 | 247,30 | -25,60 |
| PA | 172,06 | 182,98 | 187,57 | 191,11 | 192,25 | -20,19 | 226,88 | 234,16 | 238,58 | 241,95 | 241,65 | -14,77 |
| AP | 168,70 | 178,09 | 180,92 | 185,80 | 188,44 | -19,73 | 216,97 | 224,19 | 231,74 | 234,40 | 236,56 | -19,59 |
| TO | 179,67 | 190,86 | 197,85 | 203,79 | 210,02 | -30,35 | 230,62 | 237,94 | 243,84 | 250,08 | 254,88 | -24,26 |
| MA | 168,30 | 178,32 | 181,54 | 186,22 | 185,86 | -17,56 | 221,32 | 232,16 | 237,55 | 241,16 | 241,99 | -20,67 |
| PI | 178,82 | 190,58 | 195,04 | 197,75 | 196,01 | -17,19 | 232,59 | 242,26 | 246,78 | 251,09 | 246,15 | -13,56 |
| CE | 203,57 | 212,02 | 214,45 | 216,15 | 214,88 | -11,32 | 246,70 | 254,43 | 257,87 | 260,76 | 260,37 | -13,66 |
| RN | 172,23 | 183,24 | 189,86 | 194,01 | 192,20 | -19,97 | 229,93 | 237,60 | 241,35 | 244,73 | 242,26 | -12,33 |
| PB | 177,02 | 186,83 | 189,93 | 192,60 | 193,45 | -16,42 | 226,88 | 234,21 | 237,87 | 240,74 | 238,48 | -11,60 |
| PE | 181,41 | 189,78 | 192,77 | 195,03 | 193,53 | -12,12 | 231,39 | 239,50 | 242,94 | 246,03 | 247,09 | -15,70 |
| AL | 173,06 | 182,78 | 185,07 | 188,29 | 186,93 | -13,87 | 223,60 | 232,25 | 235,75 | 238,45 | 238,88 | -15,28 |
| SE | 172,36 | 181,79 | 183,64 | 185,68 | 183,50 | -11,14 | 231,53 | 237,53 | 241,60 | 245,69 | 242,96 | -11,43 |
| BA | 175,66 | 185,66 | 190,25 | 192,67 | 191,24 | -15,58 | 226,27 | 234,98 | 239,43 | 241,71 | 239,96 | -13,69 |
| MG | 196,40 | 208,49 | 216,76 | 224,95 | 230,63 | -34,22 | 243,80 | 251,62 | 256,98 | 261,77 | 264,38 | -20,59 |
| ES | 195,29 | 203,44 | 208,29 | 215,20 | 218,65 | -23,37 | 244,32 | 247,94 | 251,08 | 253,98 | 255,70 | -11,38 |
| RJ | 193,33 | 200,93 | 206,17 | 211,09 | 212,15 | -18,82 | 236,07 | 243,16 | 246,81 | 248,83 | 246,10 | -10,03 |
| SP | 195,56 | 206,65 | 214,90 | 223,09 | 227,24 | -31,68 | 234,78 | 241,41 | 249,14 | 255,32 | 258,30 | -23,52 |
| PR | 197,77 | 207,75 | 214,84 | 222,39 | 227,35 | -29,58 | 233,77 | 242,51 | 249,02 | 255,25 | 259,96 | -26,19 |
| SC | 192,60 | 204,67 | 214,07 | 223,43 | 230,68 | -38,08 | 241,95 | 251,59 | 258,92 | 265,74 | 271,43 | -29,49 |
| RS | 184,56 | 195,38 | 204,30 | 213,25 | 219,89 | -35,33 | 238,76 | 247,30 | 252,69 | 258,23 | 261,06 | -22,30 |
| MS | 193,65 | 201,11 | 208,32 | 213,45 | 217,90 | -24,25 | 247,02 | 253,91 | 260,43 | 265,32 | 269,33 | -22,30 |
| MT | 182,55 | 195,07 | 201,60 | 210,36 | 214,28 | -31,73 | 222,82 | 233,22 | 242,14 | 248,19 | 249,92 | -27,10 |
| GO | 193,89 | 202,56 | 208,05 | 214,08 | 217,28 | -23,39 | 245,39 | 251,17 | 255,78 | 260,45 | 262,09 | -16,70 |
| DF | 196,19 | 204,09 | 209,93 | 216,30 | 220,11 | -23,93 | 238,12 | 244,81 | 250,58 | 254,64 | 255,88 | -17,76 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

A tabela 6 mostra as médias da proficiência em Matemática segundo a variável sexo e as diferenças entre os grupos, destacando onde essas diferenças são maiores. No 5º ano as diferenças são maiores em Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro. No 9º ano elas são maiores em Sergipe, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Piauí e Alagoas.

A tabela também apresenta algumas diferenças que precisam ser analisadas:

Em Matemática as diferenças apontam que os meninos estão em vantagem em relação às meninas. No 5º ano, no geral as diferenças apresentaram valores relativamente pequenos, inferiores a 10 pontos, contudo, na escala da Prova Brasil esses não são valores substanciais que não possam ser equalizados (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016).

No 9º ano, em Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Mato Grosso do Sul, a diferença encontrada é de 10 pontos que equivale a meio ano de aprendizado. Isso significa que as meninas estão em desvantagem de quase um ano de aprendizado, em relação aos meninos, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não.

Em geral, as desvantagens descritas para as meninas vão se acumulando, refletindo nas oportunidades futuras, na longevidade escolar, de forma serem essas alunas fortes candidatas a não concluírem o ensino fundamental ou não conseguirem avançar para o ensino médio.

Tabela 6 - Média das proficiências em matemática na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definidos por sexo (continua)

| UF | 5º ano | | | 9º ano | | |
|----|---------------|--------------|-------------------|---------------|--------------|-------------------|
| | Masculino (M) | Feminino (F) | Diferença (F - M) | Masculino (M) | Feminino (F) | Diferença (F - M) |
| RO | 218,02 | 214,63 | -3,40 | 260,82 | 250,06 | -10,76 |
| AC | 220,02 | 217,44 | -2,57 | 253,72 | 243,45 | -10,28 |
| AM | 210,44 | 206,59 | -3,86 | 250,63 | 240,30 | -10,34 |
| RR | 211,15 | 208,39 | -2,76 | 242,83 | 235,18 | -7,64 |
| PA | 193,96 | 192,51 | -1,46 | 241,41 | 231,37 | -10,04 |
| AP | 194,34 | 191,25 | -3,09 | 238,43 | 228,89 | -9,55 |
| TO | 206,61 | 205,70 | -0,91 | 251,67 | 242,79 | -8,89 |
| MA | 188,35 | 188,67 | 0,32 | 235,12 | 226,03 | -9,09 |

Tabela 6 - Média das proficiências em matemática na Prova Brasil dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas unidades da federação, grupos definido por sexo (conclusão)

| UF | 5º ano | | | 9º ano | | |
|----|---------------|--------------|-------------------|---------------|--------------|-------------------|
| | Masculino (M) | Feminino (F) | Diferença (F - M) | Masculino (M) | Feminino (F) | Diferença (F - M) |
| PI | 202,29 | 201,21 | -1,07 | 250,89 | 238,66 | -12,24 |
| CE | 221,08 | 218,84 | -2,24 | 259,70 | 248,23 | -11,47 |
| RN | 197,85 | 195,54 | -2,31 | 249,38 | 236,53 | -12,84 |
| PB | 200,50 | 198,25 | -2,25 | 244,93 | 233,20 | -11,73 |
| PE | 203,53 | 202,64 | -0,89 | 249,78 | 238,37 | -11,41 |
| AL | 197,14 | 195,53 | -1,61 | 242,24 | 230,21 | -12,04 |
| SE | 197,70 | 194,99 | -2,71 | 251,26 | 236,65 | -14,61 |
| BA | 198,68 | 196,17 | -2,52 | 244,74 | 233,40 | -11,33 |
| MG | 230,96 | 230,09 | -0,87 | 264,26 | 259,18 | -5,08 |
| ES | 223,53 | 219,77 | -3,76 | 263,08 | 254,92 | -8,17 |
| RJ | 220,29 | 215,87 | -4,42 | 256,06 | 247,70 | -8,36 |
| SP | 235,83 | 233,05 | -2,78 | 257,87 | 252,36 | -5,51 |
| PR | 236,64 | 231,36 | -5,28 | 261,13 | 252,34 | -8,78 |
| SC | 235,55 | 230,94 | -4,60 | 275,17 | 264,50 | -10,67 |
| RS | 224,24 | 219,50 | -4,74 | 265,78 | 254,06 | -11,72 |
| MS | 222,05 | 216,76 | -5,29 | 270,49 | 258,23 | -12,26 |
| MT | 215,15 | 213,13 | -2,02 | 248,14 | 243,74 | -4,40 |
| GO | 218,87 | 215,26 | -3,61 | 262,76 | 251,94 | -10,81 |
| DF | 224,89 | 219,33 | -5,56 | 262,80 | 253,16 | -9,64 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

A tabela 7 mostra as médias da proficiência em Matemática segundo a variável cor do aluno e as diferenças entre os grupos, destacando onde essas diferenças são maiores. No 5º ano as diferenças são maiores em Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Paraná. No 9º ano elas são maiores em Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

A tabela também apresenta algumas diferenças que precisam ser analisadas:

No 5º ano, em Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina, a diferença encontrada é de 20 pontos e equivale a um ano de aprendizado. Isso significa que os alunos pretos estão em desvantagem de um ano de aprendizado, em relação aos alunos brancos, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não. No Paraná a diferença encontrada é de quase 20 pontos, contudo, 10 pontos já equivalem a meio ano de aprendizado. Isso significa que os alunos pretos estão em desvantagem de quase um ano de aprendizado, em relação aos brancos, embora estejam cursando a mesma série, sejam

em escolas ou turmas diferentes ou não. No 9º ano, em Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, a diferença encontrada é de quase 20 pontos, contudo, 10 pontos já equivalem a meio ano de aprendizado. Isso significa que os alunos pretos estão em desvantagem de quase um ano de aprendizado, em relação aos alunos brancos, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não. Ainda no 9º ano, em Espírito Santo e Rio Grande do Sul, a diferença encontrada é de 20 pontos. Isso significa que os alunos pretos estão em desvantagem de um ano de aprendizado, em relação aos alunos brancos, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não.

Em geral, as desvantagens descritas para os alunos pretos vão se acumulando, refletindo nas oportunidades futuras, na longevidade escolar, de forma serem esses alunos fortes candidatos a não concluírem o ensino fundamental ou não conseguirem avançar para o ensino médio.

Tabela 7 - Média das proficiências em Matemática dos alunos do 5º e 9º anos por unidades da federação e cor

| UF | 5º ano | | | | | 9º ano | | | | |
|----|------------|------------|------------|--------|--------------------|------------|------------|------------|--------|--------------------|
| | Branco (B) | Pardo (Pd) | Preto (Pt) | Outros | Diferença (Pt - B) | Branco (B) | Pardo (Pd) | Preto (Pt) | Outros | Diferença (Pt - B) |
| RO | 218,09 | 219,68 | 207,79 | 209,49 | -10,30 | 260,29 | 254,58 | 252,01 | 249,44 | -8,28 |
| AC | 217,44 | 221,67 | 211,38 | 214,55 | -6,06 | 252,14 | 248,04 | 250,27 | 243,96 | -1,87 |
| AM | 208,44 | 212,17 | 197,82 | 200,06 | -10,62 | 249,75 | 245,39 | 244,42 | 240,50 | -5,33 |
| RR | 209,12 | 213,13 | 201,39 | 202,02 | -7,73 | 244,39 | 238,97 | 234,56 | 232,17 | -9,82 |
| PA | 190,72 | 195,15 | 187,12 | 191,15 | -3,60 | 237,16 | 235,42 | 236,02 | 236,18 | -1,14 |
| AP | 192,05 | 195,17 | 186,33 | 188,96 | -5,72 | 237,55 | 233,20 | 230,50 | 231,57 | -7,05 |
| TO | 208,13 | 209,04 | 196,88 | 200,65 | -11,25 | 253,40 | 247,28 | 242,18 | 241,94 | -11,21 |
| MA | 185,94 | 191,03 | 182,14 | 185,95 | -3,80 | 230,61 | 230,63 | 229,65 | 227,21 | -0,96 |
| PI | 198,93 | 205,63 | 194,88 | 197,46 | -4,04 | 245,48 | 244,67 | 243,07 | 241,60 | -2,40 |
| CE | 219,83 | 223,49 | 208,76 | 214,01 | -11,08 | 256,03 | 254,42 | 249,81 | 249,92 | -6,22 |
| RN | 197,18 | 199,31 | 186,90 | 193,66 | -10,28 | 245,18 | 243,72 | 239,21 | 236,88 | -5,96 |
| PB | 199,58 | 202,43 | 189,81 | 196,13 | -9,77 | 241,62 | 238,82 | 235,45 | 234,38 | -6,18 |
| PE | 202,61 | 205,56 | 194,80 | 200,56 | -7,81 | 246,72 | 243,83 | 239,39 | 241,24 | -7,33 |
| AL | 194,50 | 199,32 | 188,36 | 194,80 | -6,14 | 236,47 | 236,99 | 233,64 | 230,81 | -2,83 |
| SE | 194,42 | 199,36 | 190,13 | 194,38 | -4,29 | 245,23 | 243,90 | 238,47 | 241,05 | -6,77 |
| BA | 195,17 | 200,63 | 193,63 | 195,36 | -1,55 | 240,01 | 240,11 | 235,90 | 235,59 | -4,11 |
| MG | 237,12 | 231,80 | 214,98 | 223,42 | -22,14 | 271,40 | 260,68 | 251,63 | 254,36 | -19,76 |
| ES | 229,19 | 221,64 | 208,05 | 217,29 | -21,14 | 270,45 | 256,60 | 247,90 | 253,62 | -22,55 |
| RJ | 222,55 | 219,89 | 208,76 | 214,71 | -13,79 | 259,41 | 251,58 | 243,13 | 247,20 | -16,28 |
| SP | 239,25 | 235,87 | 218,95 | 226,42 | -20,29 | 262,91 | 252,60 | 243,83 | 248,17 | -19,08 |
| PR | 238,29 | 234,72 | 218,79 | 226,00 | -19,50 | 262,33 | 253,04 | 247,25 | 251,19 | -15,08 |
| SC | 238,29 | 231,38 | 212,57 | 225,88 | -25,72 | 274,57 | 264,57 | 254,83 | 259,64 | -19,74 |
| RS | 227,37 | 221,78 | 203,82 | 215,46 | -23,55 | 265,11 | 256,91 | 243,16 | 251,88 | -21,95 |
| MS | 224,04 | 221,05 | 208,12 | 212,10 | -15,92 | 270,58 | 261,55 | 258,79 | 260,35 | -11,79 |
| MT | 218,38 | 216,48 | 203,19 | 206,26 | -15,19 | 254,22 | 246,07 | 238,53 | 238,30 | -15,69 |
| GO | 218,84 | 220,52 | 206,24 | 210,32 | -12,60 | 262,07 | 257,31 | 250,54 | 253,45 | -11,54 |
| DF | 224,85 | 224,55 | 213,34 | 217,41 | -11,51 | 264,60 | 256,57 | 251,80 | 255,21 | -12,80 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

A tabela 8 mostra as médias da proficiência em Matemática segundo o nível socioeconômico dos alunos e as diferenças entre os grupos, destacando onde essas diferenças são maiores. No 5º ano as diferenças são maiores em Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Roraima, Tocantins e Mato Grosso. No 9º ano elas são maiores em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Amazonas, Minas Gerais e Acre.

A tabela também apresenta algumas diferenças que precisam ser analisadas:

No 5º ano, em Roraima, Tocantins, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, a diferença encontrada é de 30 pontos e equivale a um ano e meio de aprendizado. Isso significa que os alunos com NSE mais baixo estão em desvantagem de um ano e meio de aprendizado, em relação aos alunos com NSE mais alto, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não. No 9º ano, em Acre, Amazonas, Tocantins, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a diferença encontrada é de 20 pontos e equivale a um ano de aprendizado. Isso significa que os alunos com NSE mais baixo estão em desvantagem de um ano de aprendizado, em relação aos alunos com NSE mais alto, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não. Ainda no 9º ano, em Santa Catarina, a diferença encontrada é de 30 pontos e equivale a um ano e meio de aprendizado. Isso significa que os alunos com NSE mais baixo estão em desvantagem de um ano e meio de aprendizado, em relação aos alunos com NSE mais alto, embora estejam cursando a mesma série, sejam em escolas ou turmas diferentes ou não.

Em geral, as desvantagens descritas para os alunos com NSE mais baixo vão se acumulando, refletindo nas oportunidades futuras, na longevidade escolar, de forma serem esses alunos fortes candidatos a não concluírem o ensino fundamental ou não conseguirem avançar para o ensino médio.

Tabela 8 - Média das proficiências em Matemática dos alunos do 5º e 9º anos por unidades da federação e NSE

| UF | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Diferença (1 - 5) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Diferença (1 - 5) |
|----|------------|--------|--------|--------|-----------|-------------------|------------|--------|--------|--------|-----------|-------------------|
| | Mais baixo | | | | Mais alto | | Mais baixo | | | | Mais alto | |
| RO | 201,51 | 210,59 | 216,77 | 221,38 | 225,87 | -24,36 | 243,54 | 248,06 | 254,55 | 259,42 | 262,09 | -18,56 |
| AC | 203,97 | 214,19 | 221,59 | 227,06 | 231,63 | -27,66 | 234,23 | 244,58 | 248,36 | 253,79 | 260,60 | -26,37 |
| AM | 193,31 | 203,91 | 210,22 | 216,29 | 220,62 | -27,31 | 230,06 | 239,91 | 245,72 | 252,01 | 256,78 | -26,72 |
| RR | 190,34 | 202,66 | 208,15 | 213,90 | 222,21 | -31,88 | 224,58 | 230,92 | 235,76 | 238,57 | 248,54 | -23,95 |
| PA | 184,58 | 192,95 | 196,88 | 200,09 | 202,13 | -17,55 | 228,19 | 235,06 | 239,32 | 243,03 | 244,41 | -16,22 |
| AP | 181,19 | 188,33 | 190,56 | 193,62 | 197,43 | -16,24 | 222,59 | 228,52 | 231,99 | 234,05 | 235,82 | -13,23 |
| TO | 190,48 | 201,00 | 208,57 | 214,62 | 221,55 | -31,07 | 233,65 | 241,43 | 248,22 | 253,44 | 260,44 | -26,79 |
| MA | 180,62 | 188,62 | 191,78 | 195,55 | 195,79 | -15,17 | 222,46 | 231,54 | 237,03 | 240,50 | 243,64 | -21,17 |
| PI | 191,15 | 201,08 | 206,72 | 208,88 | 209,05 | -17,90 | 234,79 | 244,78 | 250,38 | 253,56 | 252,19 | -17,40 |
| CE | 214,15 | 220,43 | 222,46 | 225,41 | 224,43 | -10,29 | 247,69 | 254,21 | 257,53 | 260,78 | 262,34 | -14,65 |
| RN | 185,59 | 194,14 | 199,41 | 204,23 | 203,40 | -17,81 | 233,36 | 241,22 | 244,87 | 248,78 | 248,63 | -15,27 |
| PB | 190,38 | 197,88 | 200,68 | 204,23 | 205,02 | -14,65 | 230,64 | 237,20 | 241,92 | 245,83 | 244,10 | -13,46 |
| PE | 196,20 | 202,39 | 205,67 | 207,74 | 207,68 | -11,48 | 235,95 | 243,12 | 246,17 | 249,36 | 254,35 | -18,40 |
| AL | 188,69 | 196,16 | 198,58 | 201,89 | 202,77 | -14,08 | 229,32 | 236,96 | 239,86 | 243,95 | 244,96 | -15,64 |
| SE | 188,53 | 195,61 | 197,90 | 200,22 | 199,56 | -11,03 | 235,25 | 241,11 | 246,79 | 248,53 | 250,76 | -15,51 |
| BA | 188,44 | 196,65 | 200,92 | 203,52 | 203,87 | -15,44 | 230,31 | 237,62 | 242,36 | 246,18 | 247,47 | -17,16 |
| MG | 207,77 | 219,16 | 227,45 | 235,99 | 243,36 | -35,59 | 246,39 | 254,54 | 261,17 | 266,67 | 273,04 | -26,65 |
| ES | 204,93 | 212,98 | 217,66 | 224,67 | 230,00 | -25,08 | 246,15 | 250,94 | 254,99 | 259,47 | 265,88 | -19,73 |
| RJ | 203,65 | 211,15 | 215,87 | 221,13 | 224,33 | -20,68 | 239,66 | 245,64 | 250,04 | 253,37 | 254,55 | -14,89 |
| SP | 210,61 | 221,00 | 228,77 | 237,45 | 243,62 | -33,01 | 239,17 | 244,66 | 251,13 | 257,70 | 263,28 | -24,11 |
| PR | 212,68 | 222,14 | 229,39 | 237,20 | 244,40 | -31,72 | 238,02 | 245,38 | 252,49 | 259,02 | 266,64 | -28,62 |
| SC | 204,44 | 216,34 | 225,74 | 235,30 | 243,98 | -39,54 | 245,04 | 253,50 | 262,45 | 270,06 | 278,80 | -33,76 |
| RS | 198,64 | 207,22 | 215,40 | 224,19 | 231,88 | -33,23 | 240,58 | 249,01 | 254,30 | 259,98 | 266,42 | -25,84 |
| MS | 201,78 | 209,85 | 217,22 | 223,06 | 229,10 | -27,32 | 245,71 | 253,00 | 259,56 | 265,62 | 273,58 | -27,88 |
| MT | 195,09 | 205,30 | 211,37 | 220,49 | 225,52 | -30,43 | 228,90 | 237,26 | 244,88 | 251,14 | 256,73 | -27,83 |
| GO | 201,93 | 210,14 | 215,76 | 221,97 | 226,47 | -24,54 | 244,15 | 250,74 | 255,73 | 261,44 | 266,75 | -22,60 |
| DF | 204,16 | 211,80 | 218,10 | 223,58 | 229,86 | -25,70 | 241,92 | 245,91 | 251,54 | 256,59 | 262,27 | -20,36 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como principal objetivo analisar se as desigualdades regionais se manifestam nas diferenças de qualidade e equidade de desempenho escolar existentes na rede pública do ensino fundamental brasileiro. A hipótese elaborada anteriormente foi corroborada, de modo que os resultados de desempenho escolar encontrados nos estados da região Norte e Nordeste foram os mais baixos entre as regiões e as desigualdades entre os alunos também foram as mais baixas, por outro lado, nas regiões Sul e Sudeste o desempenho escolar encontrado foi o mais alto entre as regiões, mas com a presença de altas desigualdades entre os alunos. Percebe-se que as desigualdades de desempenho escolar e as desigualdades que ocorreram entre grupos de estudantes é tão somente o reflexo das desigualdades socioeconômicas existentes em cada região, dessa forma, inferimos que há o reforço da divisão regional padronizada nos eixos Norte-Nordeste e Sul-Sudeste na rede pública do ensino fundamental brasileiro.

A subseção 2.1 permitiu o estudo das desigualdades socioeconômicas existentes entre as regiões brasileiras bem como essas regiões lidam com as questões de gênero e raça. Dessa forma, verificamos que persistem as diferenças socioeconômicas já existentes entre as regiões e também as desigualdades relacionadas ao gênero e raça dos indivíduos. Em geral, percebe-se que em alguns aspectos houve melhora em todas as regiões, contudo, não suficientes para alterar as discrepâncias entre elas. Nesse sentido, verificamos que ainda persiste a predominância das regiões Sul e Sudeste sobre as regiões Norte e Nordeste em muitos indicadores sociais e econômicos e principalmente nos indicadores educacionais.

A subseção 2.2 permitiu discutirmos os conceitos de qualidade e equidade educacional, a partir da perspectiva de vários autores. Quanto aos conceitos todas as perspectivas discutidas acrescem ao debate, contudo, destacamos as seguintes perspectivas: Entende-se que “não existe um consenso sobre a definição do conceito de qualidade em educação, mas, o conceito tem sido utilizado principalmente a partir de três dimensões: acesso à escola, permanência e aprendizado adequado” (GUSMÃO; OLIVEIRA e ARAÚJO apud ALVES; SOARES e XAVIER, 2016). Nesse sentido, uma maneira de analisar as dimensões da qualidade é considerar a experiência educacional do indivíduo, ou seja, seu acesso à escola, sua trajetória na escola e seu desempenho escolar (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016). Já a

equidade na educação associa-se à necessidade de se dar um tratamento diferenciado aos estudantes, haja vista a desigualdade inicial entre os mesmos (ALVES; SOARES; XAVIER, 2016). Acrescentamos ser extremamente importante a permanência do debate quanto aos conceitos, pois nas escolas da rede pública do ensino fundamental persistem grandes desigualdades na oferta da educação aos alunos, pois em geral essa oferta está vinculada às condições de origem dos alunos.

Já a subseção 2.3 permitiu conhecer o desempenho escolar na rede pública do ensino fundamental em todas as regiões. Percebe-se que embora o direito à educação seja um direito público e subjetivo, ele ainda não abarca todos os indivíduos, principalmente aqueles com menores condições socioeconômicas, pois especialistas analisaram alguns indicadores educacionais, segundo grupos sociais e território, e os resultados apontaram que os menores desempenhos escolares ocorreram nas regiões Norte e Nordeste e os melhores resultados ocorreram nas regiões Sul e Sudeste. Além disso, apontaram também quanto ao fenômeno da “exclusão intraescolar”, refere-se à situação em que estudantes que têm acesso à escola são excluídos do direito de aprender (SOARES et. al., 2012).

A seção 4 é dedicada exclusivamente à análise das desigualdades de desempenho escolar que ocorrem entre grupos de estudantes do 5º ano e do 9º ano do ensino fundamental das escolas da rede pública, em todas as unidades da federação. As análises apontaram existir um padrão quanto aos resultados de desempenho escolar, tendo em vista os menores desempenhos ocorrer nas regiões com condições socioeconômicas mais baixas e os maiores desempenhos ocorrerem nas regiões com melhores condições socioeconômicas; quanto às desigualdades entre grupos de estudantes os resultados apontaram que as desigualdades maiores ocorreram nas regiões com condições socioeconômicas mais altas, no Sul e Sudeste e, por outro lado, as menores desigualdades ocorreram nas regiões com condições socioeconômicas mais baixas, no Norte e Nordeste. Uma condição agravante quanto às desigualdades entre grupos de estudantes é o fato de que muitas dessas diferenças significarem, em certas situações, em desvantagem de até um ano e meio de aprendizado para alguns alunos, embora estejam cursando a mesma série que outros alunos, sejam em escola ou turma diferente ou não. De todo o exposto, concluímos que as desigualdades regionais se

manifestam nas diferenças de qualidade e equidade de desempenho escolar existentes na rede pública do ensino fundamental brasileiro.

Ressaltamos quanto à urgência das políticas públicas considerarem a dimensão regional junto a outras dimensões para avaliarem o sistema de ensino, haja vista existirem em todas as unidades da federação diversas iniquidades quanto à educação ofertada. Destacamos também que as políticas públicas na área educacional ainda não são capazes de acabar com as desigualdades existentes e isso é preocupante, uma vez que o Plano Nacional da Educação (PNE) prevê metas com o objetivo de eliminar as desigualdades.

Reconhecemos que algumas ações foram aplicadas para solucionar os problemas que afetam diretamente a educação, como por exemplo, a substituição do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a ampliação dos repasses da União ao Fundo e o lançamento dos Planos de Ações Articuladas (PAR), contudo ainda há muito por se fazer pela educação brasileira.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. Revista Brasileira de Sociologia nº 7 volume 4, pp. 49-81, Janeiro/Junho de 2016.

ALVES, M. T. G.; XAVIER, F. P.; SOARES, J. F.; CALDEIRA, B. F.; BARBOSA, L. E. Exclusão intraescolar: as evidências da Prova Brasil sobre as desigualdades de aprendizado entre alunos das escolas públicas 2007 a 2013. Online, Brasil: UNESCO, 2017. (Série debates Ed). Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/inequalities_in_learning_among_brazilian_public_school_students/>. Acesso em: 04 de junho de 2018.

ARAÚJO, Carlos Henrique; LUZIO, Nildo, “Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil”, Online, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%A1sica+em+busca+da+qualidade+e+eq%C3%BCidade+no+Brasil/c7af7a6c-3cc6-473d-a7b5-ace3f3e499ee?version=1.0>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 02 de junho de 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Orgs.). Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de. (2009), “Evolução e desigualdade na educação brasileira”. *Educação e Sociedade*, v. 30, n. 108, pp. 673-697.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de, “As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro”. Texto apresentado no Seminário “Desigualdade e Pobreza no Brasil”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Online, Rio de Janeiro, 12 a 14 de agosto de 1999. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001900.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A Qualidade da Educação: conceitos e definições. Online, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 65 p. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/A+qualidade+da+educa%C3%A7%C3%A3o+conceitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es/8926ad76-ce32-4328-8a26-5139cceddb4?version=1.3>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

DUBET, François. Les dilemmes de la justice. In: DEROUET, J. C.; DEROUET-BESSON, M. C. *Repenser la justice dans le domaine de l'éducation et de la formation*. Lyon: Peter Lang, 2009, p. 29-46.

GUSMÃO, J. B. (2013), “A construção da noção de qualidade da educação”. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, v.21, n.79, pp. 299-322.

IPEA. “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. – Online. Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

Levin, B. (2003). *Approaches to Equity in Policy for Lifelong Learning. Paris: Paper prepared for the OECD.*

METAS PNE. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado>>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

MEURET, D. (2011), “Igualdade e Equidade dos Sistemas Educativos”. In: van ZANTEN, A. (Coord.). *Dicionário de Educação*. Petrópolis: Ed. Vozes, pp. 458-463.

MONITORAMENTO DO PNE. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/dados/monitoramento-do-pne>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

OLIVEIRA, R. P.; ARAUJO, G. C.(2005), “Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação”. Revista Brasileira de Educação, n.28, pp.5-23.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/27690/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>>. Acesso em 26 de maio de 2018.

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE). Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/pne/linha-do-tempo>>. Acesso em 26 de maio de 2018.

PADILHA, F. V. Q. et al. Qualidade e equidade no ensino fundamental público do Ceará. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 3, n.1, p. 81-110, jun. 2013. Qualidade e equidade no ensino fundamental público do Ceará. Disponível em: <<http://www.cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/215/235>>. Acesso em 15/06/2018.

QUESTIONÁRIO CONTEXTUAL. Disponível em:<<http://academia.qedu.org.br/prova-brasil/questionario-contextual/>>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; PALES, Raíssa Cota; RODRIGUES, Silvia Gomes. Desigualdades Regionais no Brasil – (1991-2010). Revista Científica Internacional nº 31 volume 1, artigo nº 6, pp. 145-173, Online, Outubro/Dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/304/301>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. (2015), “Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos”. Cadernos de Pesquisa, v. 45, n.158, pp. 944-968.

SIMIELLI, L. E. R. (2015), Equidade Educacional no Brasil: Análise das oportunidades educacionais em 2001 e 2011. 133 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Online, São Paulo. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13438>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

SOARES, J. F. et al. *Exclusão intraescolar nas escolas públicas brasileiras: um estudo com dados da Prova Brasil 2005, 2007 e 2009*. Online, Brasília: UNESCO, 2012. (Série debates Ed). Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002160/216055por.pdf>>. Acesso em: 04 de junho de 2018.

SOARES, J. F.; ANDRADE, R. J. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.14, n.50, p.107-126. 2006.

SOARES, J. F. Índice de desenvolvimento da educação de São Paulo: IDESP. *São Paulo em Perspectiva*, v. 23, n. 1, p. 29-41, 2009. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_03.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2018.

SOBRE A ANRESC PROVA BRASIL. Disponível em: <
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/sobre-a-anresc-prova-brasil-aneb>>.
 Acesso em 30 de maio de 2018.

APÊNDICE 1

Tabela 1A – Distribuição dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental no Brasil, regiões e unidades da federação por sexo (%)

| | 5º ano | | 9º ano | |
|---------------|-----------|----------|-----------|----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Brasil | 50,9 | 49,1 | 48,4 | 51,6 |
| Norte | 51,3 | 48,7 | 47,3 | 52,7 |
| RO | 50,6 | 49,4 | 46,6 | 53,4 |
| AC | 50,2 | 49,8 | 47,6 | 52,4 |
| AM | 50,4 | 49,6 | 49,0 | 51,0 |
| RR | 51,1 | 48,9 | 48,2 | 51,8 |
| PA | 51,8 | 48,2 | 46,0 | 54,0 |
| AP | 51,0 | 49,0 | 49,1 | 50,9 |
| TO | 52,1 | 47,9 | 47,8 | 52,2 |
| Nordeste | 51,5 | 48,5 | 46,3 | 53,7 |
| MA | 51,3 | 48,7 | 46,6 | 53,4 |
| PI | 50,9 | 49,1 | 46,1 | 53,9 |
| CE | 52,0 | 48,0 | 48,7 | 51,3 |
| RN | 51,6 | 48,4 | 47,0 | 53,0 |
| PB | 51,9 | 48,1 | 46,1 | 53,9 |
| PE | 51,6 | 48,4 | 46,4 | 53,6 |
| AL | 52,4 | 47,6 | 46,1 | 53,9 |
| SE | 51,4 | 48,6 | 43,9 | 56,1 |
| BA | 51,2 | 48,8 | 44,9 | 55,1 |
| Sudeste | 50,4 | 49,6 | 49,5 | 50,5 |
| MG | 50,7 | 49,3 | 48,3 | 51,7 |
| ES | 50,6 | 49,4 | 46,8 | 53,2 |
| RJ | 50,2 | 49,8 | 47,1 | 52,9 |
| SP | 50,3 | 49,7 | 51,0 | 49,0 |
| Sul | 51,0 | 49,0 | 49,3 | 50,7 |
| PR | 50,5 | 49,5 | 50,3 | 49,7 |
| SC | 51,4 | 48,6 | 48,2 | 51,8 |
| RS | 51,3 | 48,7 | 48,7 | 51,3 |
| Centro-oeste | 50,9 | 49,1 | 49,0 | 51,0 |
| MS | 51,2 | 48,8 | 47,5 | 52,5 |
| MT | 50,0 | 50,0 | 51,5 | 48,5 |
| GO | 51,3 | 48,7 | 48,9 | 51,1 |
| DF | 51,1 | 48,9 | 47,3 | 52,7 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

Tabela 2A - Distribuição dos alunos do 5ª e 9º anos do ensino fundamental no Brasil, regiões e unidades da federação por raça/cor (%)

| | 5º ano | | | | 9º ano | | | |
|---------------|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|
| | Branco | Pardo | Preto | Outros | Branco | Pardo | Preto | Outros |
| Brasil | 27,6 | 44,6 | 9,4 | 18,4 | 27,7 | 47,7 | 11,9 | 12,7 |
| Norte | 18,5 | 55,6 | 8,3 | 17,5 | 15,6 | 61,9 | 8,8 | 13,6 |
| RO | 23,3 | 46,4 | 8,0 | 22,4 | 22,9 | 53,4 | 10,0 | 13,6 |
| AC | 18,2 | 53,6 | 7,4 | 20,8 | 16,0 | 58,4 | 8,6 | 17,0 |
| AM | 17,2 | 59,3 | 6,4 | 17,2 | 14,3 | 64,8 | 6,2 | 14,8 |
| RR | 20,5 | 49,6 | 8,6 | 21,3 | 15,9 | 61,5 | 10,1 | 12,5 |
| PA | 18,0 | 57,5 | 8,8 | 15,6 | 14,7 | 64,3 | 8,8 | 12,2 |
| AP | 19,8 | 50,5 | 10,8 | 18,9 | 16,3 | 58,0 | 11,2 | 14,4 |
| TO | 18,4 | 52,3 | 10,6 | 18,7 | 15,9 | 55,5 | 13,7 | 15,0 |
| Nordeste | 19,8 | 48,4 | 11,7 | 20,1 | 16,9 | 53,7 | 13,6 | 15,9 |
| MA | 19,2 | 54,6 | 10,6 | 15,7 | 14,5 | 62,2 | 10,8 | 12,5 |
| PI | 19,4 | 48,7 | 10,3 | 21,6 | 16,1 | 56,5 | 11,4 | 16,0 |
| CE | 19,0 | 55,2 | 7,3 | 18,5 | 17,2 | 59,2 | 8,2 | 15,4 |
| RN | 25,0 | 45,0 | 8,8 | 21,2 | 23,4 | 50,6 | 10,4 | 15,6 |
| PB | 23,7 | 46,5 | 9,4 | 20,4 | 21,4 | 52,7 | 8,9 | 17,1 |
| PE | 21,1 | 49,4 | 10,3 | 19,3 | 19,8 | 52,8 | 10,6 | 16,7 |
| AL | 20,4 | 48,6 | 10,4 | 20,6 | 16,5 | 56,0 | 10,3 | 17,1 |
| SE | 20,7 | 46,4 | 11,6 | 21,3 | 15,4 | 53,1 | 14,1 | 17,4 |
| BA | 17,4 | 41,8 | 18,0 | 22,9 | 14,3 | 45,5 | 23,4 | 16,9 |
| Sudeste | 29,8 | 43,5 | 9,8 | 16,9 | 31,4 | 44,7 | 13,1 | 10,7 |
| MG | 26,2 | 47,6 | 9,4 | 16,8 | 25,9 | 48,6 | 13,6 | 11,9 |
| ES | 22,1 | 54,2 | 10,4 | 13,3 | 24,8 | 52,3 | 13,9 | 9,0 |
| RJ | 25,0 | 36,8 | 17,3 | 20,9 | 26,6 | 40,2 | 20,8 | 12,4 |
| SP | 33,5 | 42,6 | 7,8 | 16,1 | 36,1 | 43,4 | 10,8 | 9,8 |
| Sul | 45,7 | 29,2 | 5,8 | 19,3 | 51,8 | 29,9 | 6,4 | 12,0 |
| PR | 39,9 | 36,6 | 4,4 | 19,1 | 44,0 | 38,0 | 5,7 | 12,3 |
| SC | 50,7 | 26,7 | 4,1 | 18,5 | 59,5 | 24,4 | 4,6 | 11,5 |
| RS | 48,7 | 22,8 | 8,4 | 20,1 | 57,0 | 21,8 | 9,2 | 12,0 |
| Centro-oeste | 23,7 | 48,5 | 8,3 | 19,5 | 22,9 | 52,5 | 11,4 | 13,2 |
| MS | 28,0 | 46,1 | 6,0 | 19,9 | 29,7 | 50,2 | 8,2 | 11,8 |
| MT | 23,0 | 50,9 | 9,2 | 17,0 | 21,4 | 52,7 | 12,8 | 13,1 |
| GO | 22,7 | 48,9 | 8,4 | 20,0 | 21,5 | 54,1 | 11,2 | 13,1 |
| DF | 21,9 | 47,3 | 9,6 | 21,2 | 21,9 | 50,5 | 13,0 | 14,5 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.

Tabela 3A - Distribuição dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental no Brasil, regiões e unidades da federação por nível socioeconômico (%)

| | 5º ano | | | | | 9º ano | | | | |
|---------------|-----------------|------|------|------|----------------|-----------------|------|------|------|----------------|
| | 1 Mais baixo | 2 | 3 | 4 | 5 Mais alto | 1 Mais baixo | 2 | 3 | 4 | 5 Mais alto |
| Brasil | 20,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| Norte | 32,6 | 25,4 | 18,0 | 13,2 | 10,8 | 28,1 | 25,7 | 18,6 | 14,5 | 13,1 |
| RO | 21,0 | 25,8 | 21,9 | 17,5 | 13,9 | 17,5 | 25,4 | 22,9 | 18,1 | 16,1 |
| AC | 30,6 | 24,4 | 17,8 | 14,6 | 12,7 | 27,2 | 25,1 | 18,5 | 14,6 | 14,6 |
| AM | 27,2 | 24,5 | 19,4 | 15,4 | 13,5 | 22,1 | 24,8 | 19,7 | 16,5 | 16,9 |
| RR | 22,0 | 22,5 | 20,0 | 16,5 | 19,0 | 19,4 | 23,4 | 18,7 | 18,7 | 19,8 |
| PA | 39,5 | 26,0 | 16,4 | 10,6 | 7,4 | 35,1 | 26,8 | 17,2 | 12,0 | 8,8 |
| AP | 24,8 | 25,9 | 19,4 | 15,0 | 14,9 | 19,9 | 24,8 | 19,3 | 17,0 | 19,1 |
| TO | 30,9 | 24,4 | 17,9 | 14,3 | 12,5 | 29,2 | 25,1 | 17,6 | 14,7 | 13,4 |
| Nordeste | 40,0 | 25,1 | 16,7 | 10,9 | 7,2 | 41,2 | 24,8 | 16,1 | 10,8 | 7,1 |
| MA | 46,2 | 24,6 | 14,4 | 8,8 | 6,0 | 48,2 | 24,5 | 13,6 | 8,1 | 5,6 |
| PI | 44,4 | 24,7 | 15,2 | 9,4 | 6,3 | 46,5 | 24,9 | 14,3 | 8,8 | 5,5 |
| CE | 41,5 | 25,0 | 16,2 | 10,3 | 6,9 | 44,3 | 25,0 | 15,1 | 9,6 | 6,1 |
| RN | 32,1 | 26,3 | 18,9 | 13,4 | 9,3 | 33,9 | 26,5 | 18,1 | 13,2 | 8,4 |
| PB | 37,7 | 24,8 | 17,1 | 11,9 | 8,5 | 39,8 | 24,8 | 15,9 | 11,3 | 8,1 |
| PE | 37,4 | 25,6 | 18,2 | 11,9 | 7,0 | 36,6 | 25,1 | 18,2 | 12,3 | 7,8 |
| AL | 46,8 | 22,9 | 14,7 | 9,5 | 6,2 | 50,7 | 22,7 | 13,4 | 8,4 | 4,8 |
| SE | 41,0 | 26,0 | 16,1 | 10,3 | 6,7 | 43,6 | 24,6 | 15,1 | 10,3 | 6,4 |
| BA | 36,4 | 25,7 | 17,9 | 11,9 | 8,1 | 36,3 | 24,8 | 17,7 | 12,5 | 8,7 |
| Sudeste | 8,7 | 16,5 | 22,0 | 25,5 | 27,3 | 10,1 | 17,3 | 22,2 | 24,7 | 25,6 |
| MG | 13,2 | 18,5 | 21,6 | 22,7 | 24,0 | 17,5 | 20,5 | 20,8 | 20,6 | 20,6 |
| ES | 13,3 | 20,7 | 22,3 | 21,9 | 21,8 | 13,4 | 20,8 | 23,2 | 21,6 | 21,1 |
| RJ | 9,5 | 19,3 | 24,4 | 24,4 | 22,4 | 9,4 | 18,1 | 24,0 | 24,3 | 24,3 |
| SP | 6,0 | 14,3 | 21,4 | 27,4 | 30,8 | 6,3 | 15,3 | 22,4 | 27,2 | 28,8 |
| Sul | 6,8 | 14,9 | 20,9 | 26,4 | 30,9 | 6,3 | 14,2 | 20,4 | 26,5 | 32,5 |
| PR | 8,0 | 16,0 | 21,6 | 25,7 | 28,8 | 8,3 | 16,2 | 21,2 | 25,5 | 28,8 |
| SC | 5,3 | 13,5 | 20,3 | 27,9 | 33,1 | 4,2 | 12,1 | 19,8 | 27,5 | 36,4 |
| RS | 6,4 | 14,8 | 20,7 | 26,3 | 31,8 | 5,1 | 13,2 | 19,8 | 27,2 | 34,7 |
| Centro-oeste | 13,1 | 20,9 | 22,4 | 22,3 | 21,3 | 12,5 | 20,1 | 22,2 | 22,3 | 22,9 |
| MS | 12,4 | 20,5 | 22,1 | 22,2 | 22,7 | 10,1 | 18,2 | 21,8 | 23,7 | 26,2 |
| MT | 15,2 | 22,9 | 23,4 | 21,1 | 17,4 | 14,0 | 23,3 | 23,0 | 21,1 | 18,5 |
| GO | 14,7 | 22,2 | 22,5 | 21,6 | 19,0 | 15,0 | 21,3 | 22,3 | 21,3 | 20,1 |
| DF | 7,4 | 15,5 | 21,3 | 25,6 | 30,2 | 6,6 | 14,7 | 21,0 | 25,2 | 32,6 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Prova Brasil de 2015.